



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santa Bárbara do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023) ...	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santa Bárbara do Pará (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



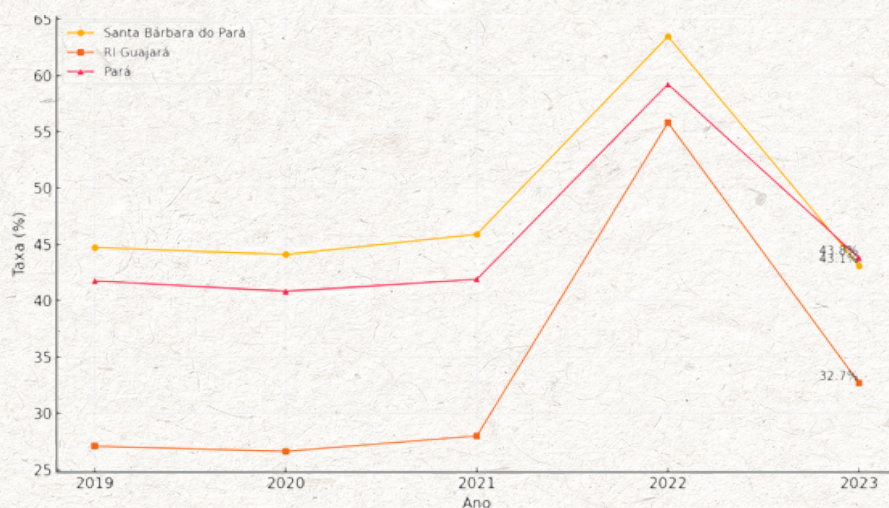
Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Santa Bárbara do Pará apresentou um comportamento relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando entre 44,5% e 46,0%. No entanto, em 2022 houve um salto expressivo, atingindo o pico de 63,8%, refletindo possivelmente os efeitos prolongados da pandemia da COVID-19, do aumento da inflação e da redução da renda das famílias, fenômenos também observados no estado do Pará e na Região de Integração (RI) Guajará, embora em graus diferentes (Gráfico 1).

Esse pico de 2022 foi seguido por uma queda significativa em 2023, com a taxa recuando para 43,8%, ficando inclusive abaixo do nível de 2019. Esse recuo pode estar associado a políticas de recuperação econômica, programas de transferência de renda e reestruturação do mercado de trabalho, que podem ter contribuído para a melhoria das condições socioeconômicas da população. A RI Guajará também seguiu essa tendência, caindo de 55,7% para 32,7% (Gráfico 1).

No comparativo regional, Santa Bárbara do Pará manteve-se, na maior parte do período, com taxas de pobreza superiores à média estadual e à da sua RI, revelando desafios locais mais acentuados em relação à pobreza. Em 2023, essa diferença foi praticamente eliminada em relação ao estado (43,8% contra 43,1%), sugerindo certa convergência recente, embora a RI Guajará ainda apresente indicadores mais positivos (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Santa Bárbara do Pará permaneceram consistentemente acima das médias da Região de Integração Guajará e do estado do Pará durante todo o período de 2019 a 2023. A variação oscilou entre 65% e 68%, com um pico em 2021 (68,1%) e uma leve queda em 2022 (65,0%), antes de retomar crescimento em 2023 (66,6%) (Gráfico 2).

Essa manutenção de altos percentuais sugere uma priori-

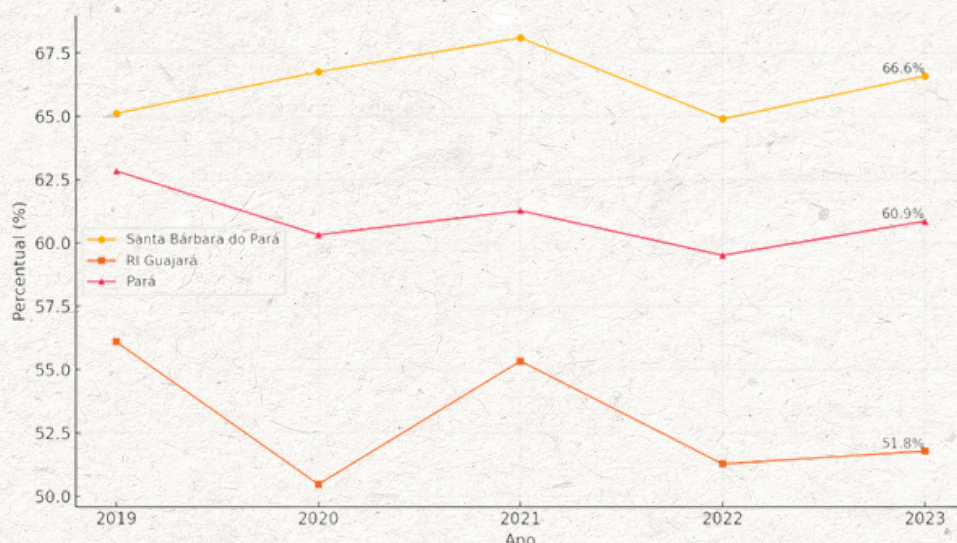
zação contínua da gestão municipal com relação às áreas de educação, saúde e assistência social. Em contraste, o estado do Pará registrou patamares inferiores, mantendo-se entre 63% e 60,9%, o que evidencia um compromisso mais acentuado de Santa Bárbara com os serviços essenciais em comparação ao contexto estadual (Gráfico 2).

Na Região de Integração Guajará, os percentuais foram sistematicamente mais baixos, variando de 56,0% a

51,8%, o que reforça a singularidade do município em termos de esforço fiscal voltado ao atendimento básico da população. Esse padrão pode ter contribuído, ainda que com defasagem temporal, para a melhora observada na taxa de pobreza em 2023, indicando possível impacto positivo das políticas públicas adotadas (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Santa Bárbara do Pará apresentou significativa volatilidade entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 7,9%, abaixo da média da Região de Integração (RI) Guajará (8,9%) e do estado do Pará (7,6%). No entanto, em 2020 houve um salto abrupto para 12,7%, o que pode refletir impactos indiretos da pandemia, como acesso restrito ao pré-natal e maior vulnerabilidade nutricional entre gestantes (10%) (Gráfico 3).

Nos anos seguintes, essa taxa oscilou. Em 2021, recuou para 9,2%, alinhando-se aos níveis da RI e ainda acima do

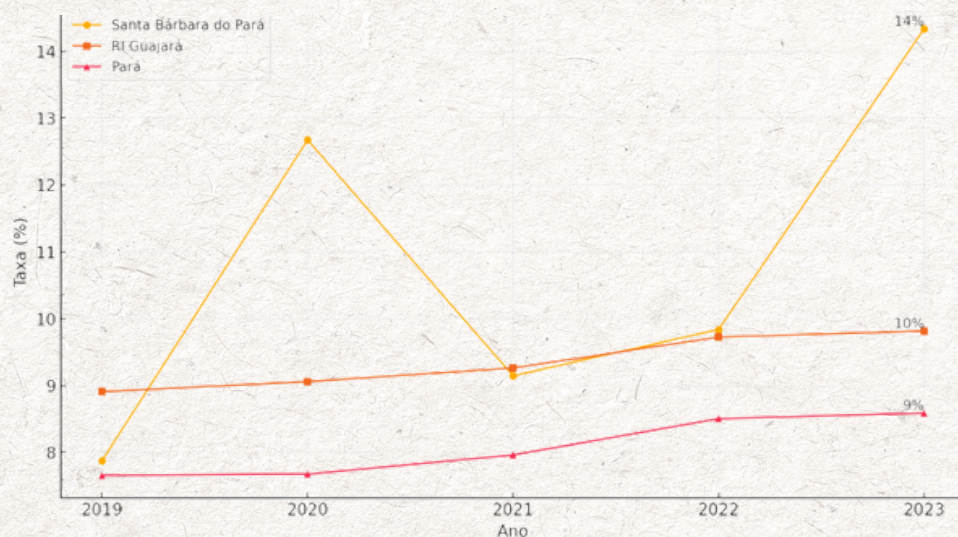
estado. Contudo, em 2022, voltou a crescer para 9,9%, e culminou com novo aumento em 2023, atingindo 14%, muito acima das médias regional (10%) e estadual (9%). Esse dado é preocupante, pois indica deterioração das condições de saúde materno-infantil, que pode estar associada a fatores como alimentação inadequada, ausência de cuidados médicos regulares e baixa escolaridade das mães (Gráfico 3).

Comparativamente, enquanto o estado do Pará e a RI Guajará mantiveram uma tendência de crescimento gradual e moderado, Santa Bárbara do Pará demonstrou variações mais a-

bruptas, com destaque para os dois picos em 2020 e 2023. Isso pode indicar uma fragilidade estrutural na rede de atenção básica à saúde ou fatores socioeconômicos locais mais acentuados, exigindo políticas públicas direcionadas à saúde reprodutiva e ao cuidado pré-natal no município (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Santa Bárbara do Pará apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava R\$ 6,6 mil por hectare, valor inferior ao da RI Guajará (R\$ 7,1 mil) e do estado do Pará (R\$ 7,5 mil). A partir desse ponto, a produtividade local cresceu de forma acelerada, ultrapassando as demais regiões a partir de 2021, quando alcançou R\$ 13,3 mil por hectare (Gráfico 4).

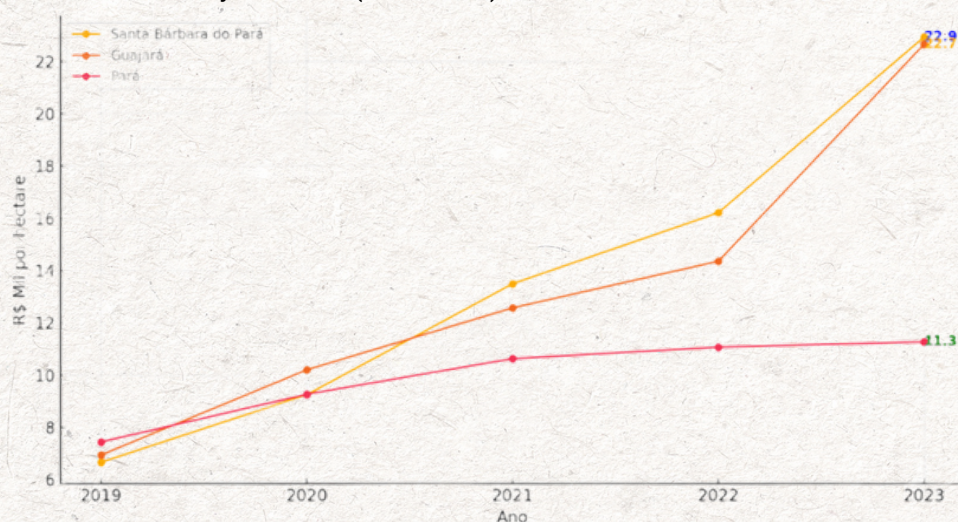
Esse avanço manteve-se constante, atingindo R\$ 16,2

mil em 2022 e chegando a R\$ 22,9 mil por hectare em 2023 — praticamente o dobro da média estadual (R\$ 11,3 mil). Esse desempenho evidencia a implementação de práticas mais eficientes de manejo agrícola, possível modernização de técnicas produtivas ou concentração de atividades agrícolas de maior valor agregado no município (Gráfico 4).

A comparação com a RI Guajará e o estado do Pará reforça o destaque de Santa Bárbara, que não apenas superou ambas as médias, como também

apresentou a maior taxa de crescimento absoluto e relativo no período. Esse resultado sugere uma vocação econômica agrícola em expansão, com potencial para contribuir significativamente para a economia local, geração de renda rural e atração de investimentos, desde que acompanhada de políticas sustentáveis e infraestrutura adequada (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

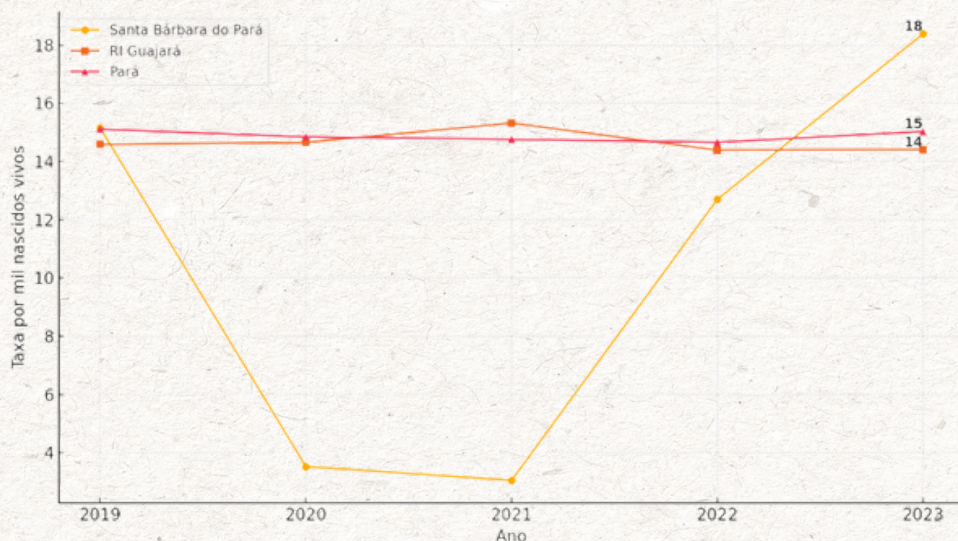
A taxa de mortalidade infantil em Santa Bárbara do Pará apresentou forte oscilação no período analisado. Em 2019, o município começou com uma taxa elevada (15,2 por mil nascidos vivos), compatível com os níveis da Região de Integração (RI) Guajará e do estado do Pará. No entanto, em 2020 e 2021, houve uma redução drástica, alcançando 3,5 e 3,2, respectivamente, o que pode ser reflexo de subnotificações ou de variações amostrais em municípios com baixa densidade populacional (Gráfico 5).

A partir de 2022, observou-se uma tendência de crescimento acentuado, com a taxa subindo para 12,7 e, em seguida, atingindo 18 em 2023 — valor que supera consideravelmente os índices da RI Guajará (14) e do Pará (15). Esse aumento sugere um retrocesso nos indicadores de saúde infantil, possivelmente associado à sobrecarga do sistema de saúde pós-pandemia, à precariedade de serviços neonatais ou à falta de continuidade em políticas públicas voltadas à atenção básica e ao acompanhamento de gestantes e recém-nascidos (Gráfico 5).



Enquanto os indicadores estaduais e regionais apresentaram estabilidade ao longo do período, Santa Bárbara do Pará revelou fragilidade estrutural, com variações bruscas e tendência de piora recente. A análise aponta para a necessidade urgente de reforço nas políticas de saúde materno-infantil, especialmente no que tange à prevenção de causas evitáveis de mortalidade infantil e à garantia de assistência qualificada no pré-natal, parto e pós-parto (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,4 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

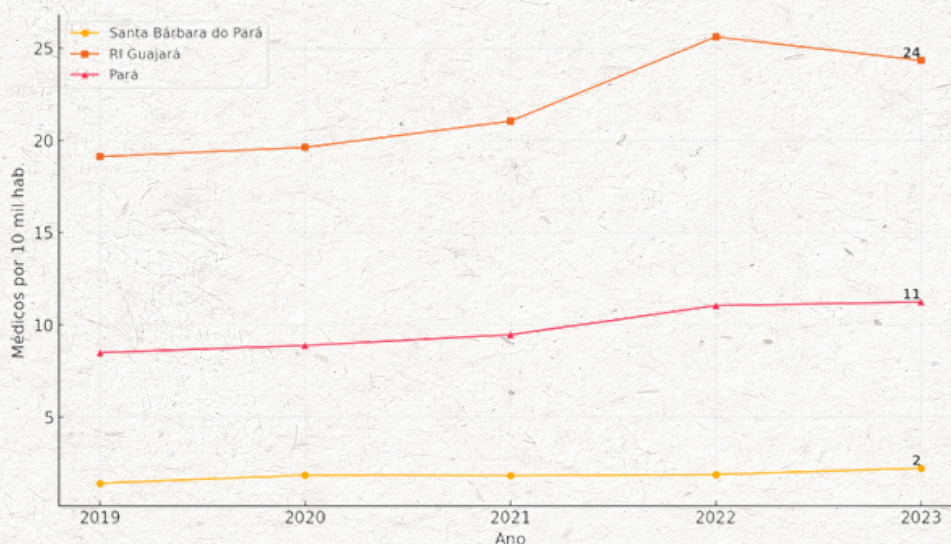
O número de médicos por 10 mil habitantes em Santa Bárbara do Pará manteve-se consistentemente muito abaixo das médias regional e estadual durante todo o período de 2019 a 2023. Partindo de 1,3 médico por 10 mil habitantes em 2019, o indicador apresentou ligeiras oscilações, chegando a apenas 2,0 em 2023, evidenciando uma insuficiência estrutural de profissionais da saúde para atender à população local (Gráfico 6).

Em contraste, a Região de Integração Guajará mostrou crescimento relevan-

te, passando de 19,2 para 24 médicos por 10 mil habitantes, com pico em 2022. O estado do Pará também apresentou avanço, subindo de 8,4 para 11,0 médicos por 10 mil habitantes no mesmo intervalo. Essa disparidade destaca a defasagem de Santa Bárbara em termos de cobertura médica, o que pode impactar diretamente a capacidade de resposta do sistema de saúde, especialmente em áreas críticas como a saúde infantil e a atenção básica (Gráfico 6).

A baixa disponibilidade de médicos pode estar relacionada à dificuldade de fixação de profissionais em municípios menores, à escassez de infraestrutura adequada para atuação médica ou à limitação de concursos e políticas de incentivo profissional. Essa carência estrutural reforça a importância de ações específicas, como parcerias com universidades, ampliação do Programa Mais Médicos, investimentos em unidades básicas de saúde e valorização de profissionais locais, como formas de mitigar os impactos negativos sobre a saúde pública municipal (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

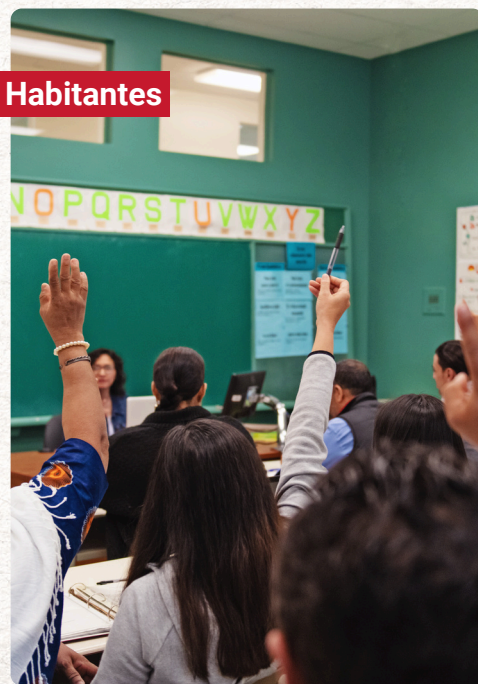
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Santa Bárbara do Pará apresentou, ao longo de todo o período entre 2019 e 2023, uma taxa de vagas no ensino público por mil habitantes superior às médias da Região de Integração Guajará e do estado do Pará. Em 2019, o município contava com aproximadamente 246 vagas por mil habitantes, frente a 211 no estado e 136 na RI Guajará. No entanto, observa-se uma tendência decrescente, com queda gradual até atingir 214 vagas em 2023 (Gráfico 7).

Esse declínio pode indicar desafios como redução da demanda escolar, limitações orçamentárias ou diminuição da capacidade instalada, refletin-

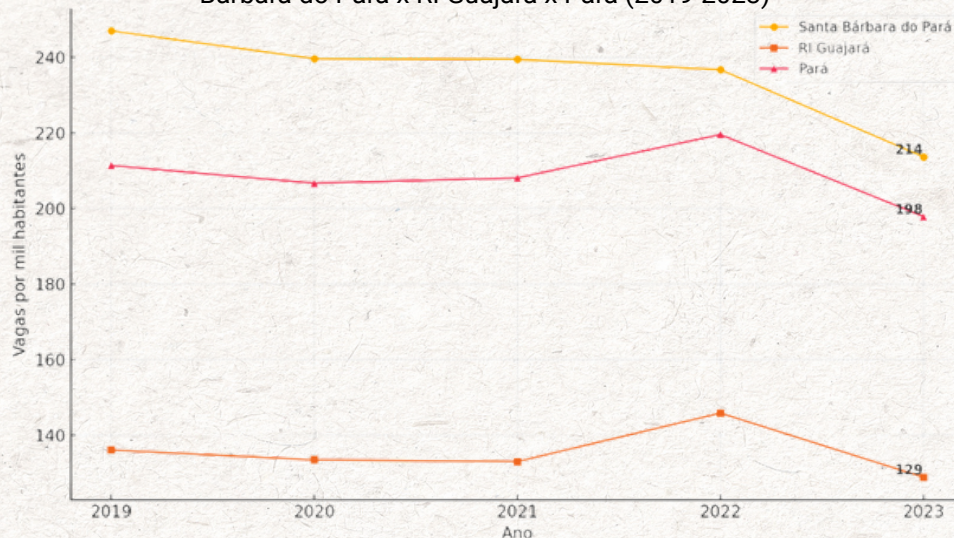
do possíveis impactos da pandemia e reestruturações no sistema educacional local. Em 2022, a RI Guajará chegou a aumentar o número de vagas para 146 por mil habitantes, embora tenha voltado a cair em 2023. O estado do Pará apresentou oscilação mais moderada, encerrando o período com 198 vagas por mil habitantes (Gráfico 7).

Apesar de ainda manter uma posição relativamente privilegiada no comparativo regional e estadual, a queda de mais de 30 vagas por mil habitantes em Santa Bárbara do Pará entre 2019 e 2023 acende um alerta. O município precisará avaliar se essa retração com-



promete acesso ao ensino público e se está alinhada a políticas de readequação de infraestrutura, ou se é reflexo de descontinuidade no atendimento educacional, exigindo intervenções para garantir equidade no acesso à educação (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 214 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O indicador de acesso à internet nas escolas públicas de Santa Bárbara do Pará apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2023. Inicialmente, o município registrava um percentual modesto de 40,7%, acima da média estadual (34,1%), e abaixo da RI Guajará (65,5%). Após uma leve oscilação entre 2020 e 2022, com valores entre 36,6% e 40,6%, houve um salto significativo em 2023, quando 70,4% das escolas passaram a contar com acesso à internet (Gráfico 8).

Essa mudança pode refletir investimentos mais robustos em infraestrutura escolar, especialmente no contexto de transformação digital impulsionada pelas exigências do ensino remoto durante e após a pandemia. Em termos comparativos, o estado do Pará

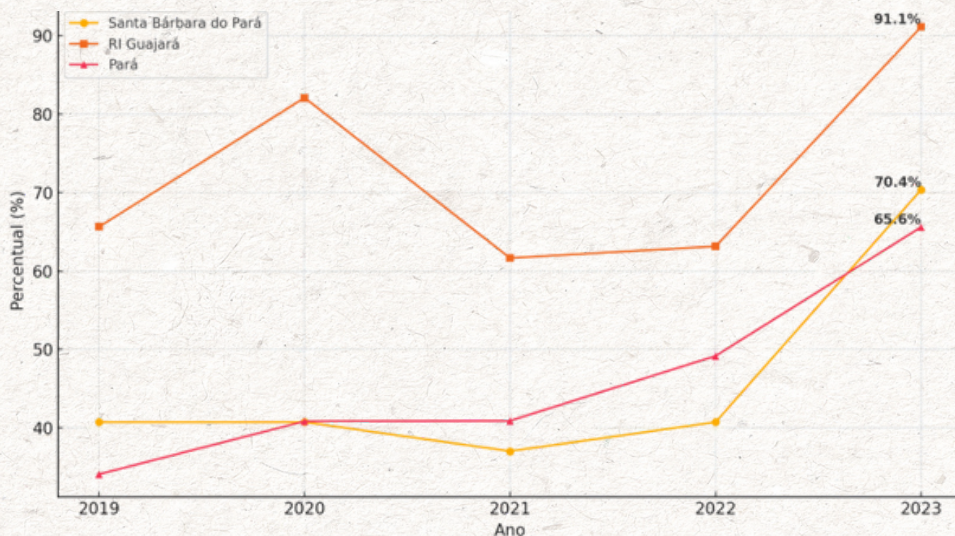
também evoluiu consideravelmente, atingindo 65,6% de cobertura em 2023, enquanto a RI Guajará se destacou com um avanço ainda maior, chegando a 91,1% (Gráfico 8).

O desempenho de Santa Bárbara do Pará em 2023, ao superar a média estadual, indica um progresso relevante rumo à conectividade escolar, essencial para a modernização do ensino e o desenvolvimento de competências digitais nos alunos.

No entanto, o desafio permanece em consolidar essa infraestrutura e garantir qualidade na conexão, além de capacitar educadores e alunos para o uso efetivo das tecnologias digitais no processo de aprendizagem (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



O município de Santa Bárbara do Pará apresentou, entre 2019 e 2022, valores nulos (zero) para o indicador de violência contra a mulher por parceiros, com uma mudança apenas em 2023, quando atingiu 8 casos por 100 mil habitantes. Esse dado, apesar de baixo, representa uma interrupção da estabilidade anterior e pode sinalizar subnotificação anterior ou crescimento real do fenômeno. Na comparação regional, a RI Guajará apresentou um crescimento expressivo em 2020, alcançando o pico de quase 68 casos por 100 mil habitantes, seguido por uma tendência de queda, chegando a 46 em 2023 — ainda um patamar elevado. Já o estado do Pará, embora com variações menos abruptas, manteve-se em patamar estável entre 12,6 e 29 casos por 100 mil hab., indicando uma persistência do problema em escala estadual (Gráfico 9).

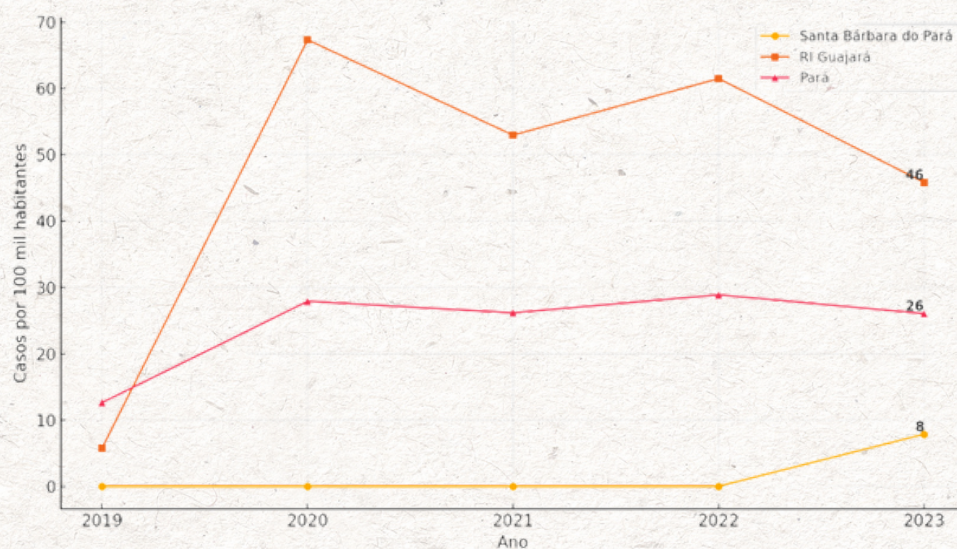
Essa discrepância entre o município e sua região de integração levanta hipóteses sobre fragilidades locais de registro ou diferenças nos padrões de violência e acesso a serviços. A ausência de registros em Santa Bárbara por quatro anos consecutivos é um dado sensível, considerando que a violência de gênero frequentemente é subnotificada, especialmente em áreas

com menor infraestrutura de acolhimento e denúncia. A súbita aparição de casos em 2023 reforça a necessidade de investigação quanto à efetividade dos canais de denúncia e políticas de proteção localmente disponíveis (Gráfico 9).

De forma geral, a análise sugere que, embora o município de Santa Bárbara do Pará aparentemente ter índices baixos de vio-

lência contra a mulher, o comportamento da RI Guajará e do estado do Pará revela um cenário mais preocupante. A estabilidade do indicador em nível estadual evidencia a dificuldade de redução sustentada desses casos, reforçando a importância de políticas públicas intersetoriais e territorializadas de enfrentamento à violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Santa Bárbara do Pará apresentou uma queda significativa no período analisado, saindo de um patamar elevado de 57,1% em 2019 para apenas 29,3% em 2023. Essa trajetória revela uma perda expressiva de presença feminina em posições de liderança, com destaque para o declínio acentuado em dois momentos: entre 2019 e 2020 (queda de 15 pontos percentuais) e entre 2022 e 2023 (queda de 17,7 pontos). Trata-se de um movimento preocupante, sobretudo considerando o esforço nacional e global para ampliar a participação feminina em espaços decisórios (Gráfico 10).



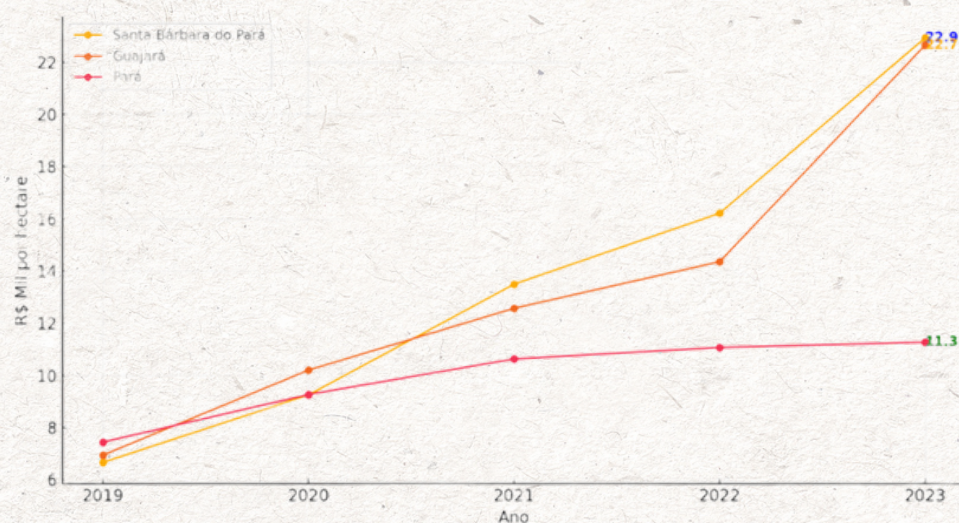


Na comparação com a RI Guajará, observa-se uma trajetória oposta: crescimento contínuo e moderado, culminando em 51,3% em 2023, o que representa paridade de gênero em cargos gerenciais. Já o estado do Pará, embora com variações pontuais, manteve-se relativamente estável entre 48% e 50% até 2022, com leve queda para 47,3% em 2023. Esses dados demonstram que o comportamento observado em Santa Bárbara do Pará contraria a tendência regional e estadual, apontando para fatores locais que podem estar restringindo o acesso ou a permanência de mulheres em car-

gos de liderança (Gráfico 10).

Esse recuo substancial na representatividade feminina no município exige atenção por parte do poder público, setor privado e sociedade civil. Pode estar associado a barreiras institucionais, culturais ou conjunturais, como mudanças políticas, reorganização administrativa ou redução de oportunidades para mulheres em postos de chefia. A promoção da equidade de gênero requer ações afirmativas e mecanismos de monitoramento que assegurem a inclusão e valorização das mulheres nas instâncias de poder e decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Santa Bárbara do Pará apresentou um avanço expressivo no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto entre 2019 e 2021, saltando de 0,8% para 19,1%. Esse crescimento sinaliza um esforço municipal em expandir a infraestrutura de saneamento básico voltada para os segmentos mais vulneráveis da população. No entanto, após esse pico, verifica-se uma tendência de queda nos anos seguintes, com o indicador recuando para 17,4% em 2022 e para 14,3% em 2023, o que pode refletir descontinuidade nas políticas públicas ou desafios operacionais na manutenção e ampliação dos serviços (Gráfico 11).

Na Região de Integração Guajará, o indicador apresentou uma trajetória de crescimento contínuo ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, o percentual estava em 27,3% e avançou até alcançar 42,8% em 2023. Esse crescimento constante demonstra uma evolução regional positiva na ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para a população de baixa renda, sendo superior aos valores observados em Santa Bárbara do Pará e ao desempenho médio

estadual em todos os anos do período (Gráfico 11).

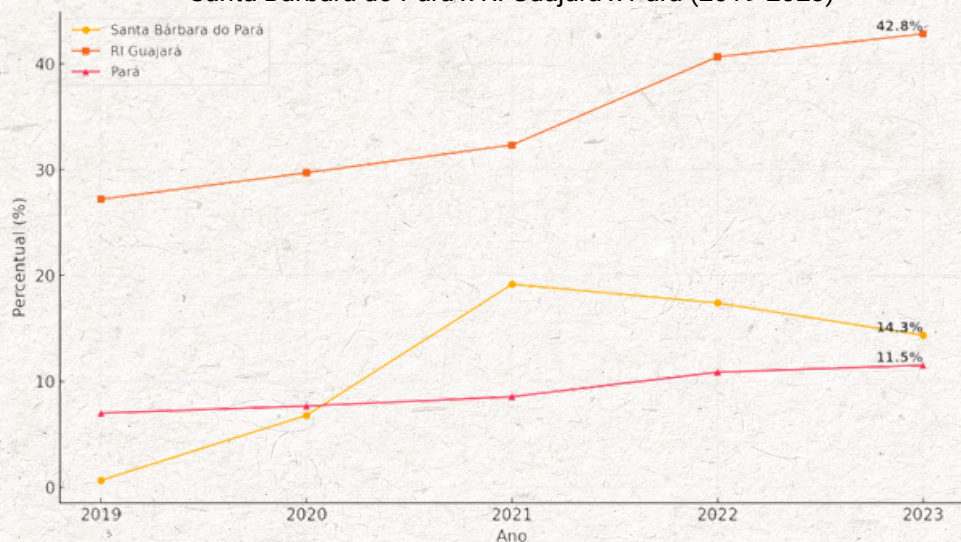
O estado do Pará, por sua vez, apresentou uma tendência de crescimento gradual, partindo de 7% em 2019 e chegando a 11,5% em 2023. Embora o avanço seja modesto em termos percentuais, ele revela uma evolução consistente no acesso ao serviço, ainda que a cobertura permaneça bastante limitada. Comparando os três níveis territoriais, observa-se que Santa Bárbara do Pará teve um avanço inicial impor-



tante, mas com tendência de reversão, enquanto a RI Guajará mostra um progresso sustentado e o estado evidencia melhorias graduais, porém ainda distantes de uma cobertura satisfatória (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Santa Bárbara do Pará apresentou variações significativas no gasto per capita com saneamento básico ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de apenas R\$ 20 por habitante, subindo para R\$ 62 em 2020, seguido por um colapso total do investimento em 2021 (R\$ 0). A partir de então, houve um forte impulso nos anos seguintes, atingindo R\$ 322 em 2022 e R\$ 349 em 2023. Essa oscilação brusca aponta para uma gestão orçamentária instável, porém o aumento recente evidencia uma priorização mais recente da política de saneamento (Gráfico 12).

Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi mais estável, ainda que com algumas variações. O gasto

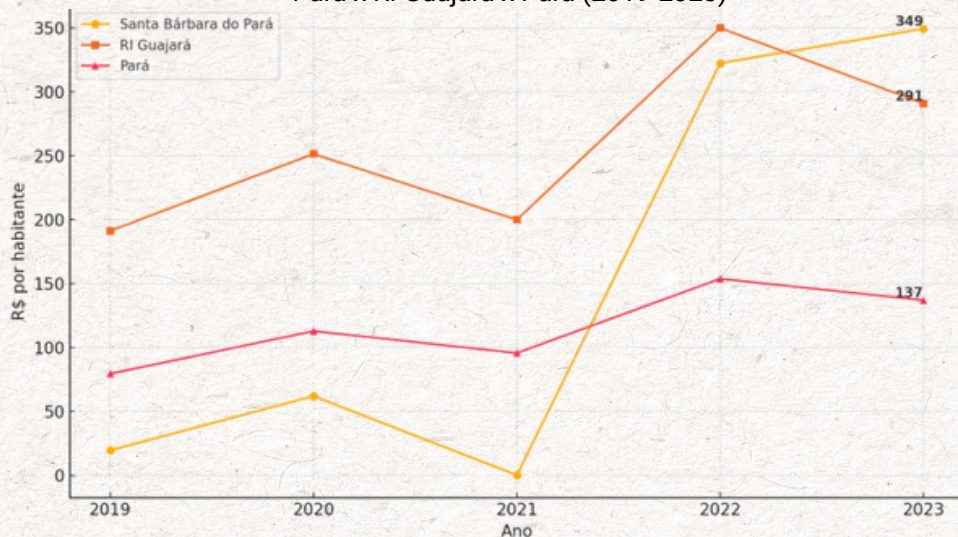
per capita passou de R\$ 191 em 2019 para R\$ 253 em 2020, caiu para R\$ 201 em 2021, e posteriormente saltou para R\$ 349 em 2022, com uma leve queda para R\$ 291 em 2023. Os valores mantiveram-se elevados e superiores à média estadual em todo o período, indicando um compromisso mais sólido e consistente da região com o financiamento da política de saneamento básico (Gráfico 12).

Em nível estadual, o Pará teve uma trajetória de crescimento moderado, com gasto per capita passando de R\$ 82 em 2019 para R\$ 137 em 2023. Apesar da evolução, os valores permanecem inferiores aos observados tanto em Santa Bárbara do Pará (nos anos mais recentes) quanto na RI Guajará. Isso su-

ere que, embora o estado tenha ampliado os investimentos no setor, os avanços estão concentrados em determinadas localidades, o que evidencia desigualdades territoriais na alocação de recursos para saneamento (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 349/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

O município de Santa Bárbara do Pará apresentou um aumento expressivo no consumo de energia elétrica per capita entre 2020 e 2021, saltando de 740 kWh/hab. para 1.479 kWh/hab., quase dobrando o valor. Contudo, esse crescimento não foi sustentável: em 2022 o consumo caiu para 913 kWh/hab., mantendo-se em patamar semelhante em 2023 (906 kWh/hab.). A forte oscilação pode indicar variações pontuais na atividade econômica local, mudanças populacionais ou problemas na regularidade do fornecimento. O fato de o município ter alcan-

çado seu pico em 2021, seguido de uma queda abrupta, sugere que houve eventos atípicos no período (Gráfico 13).

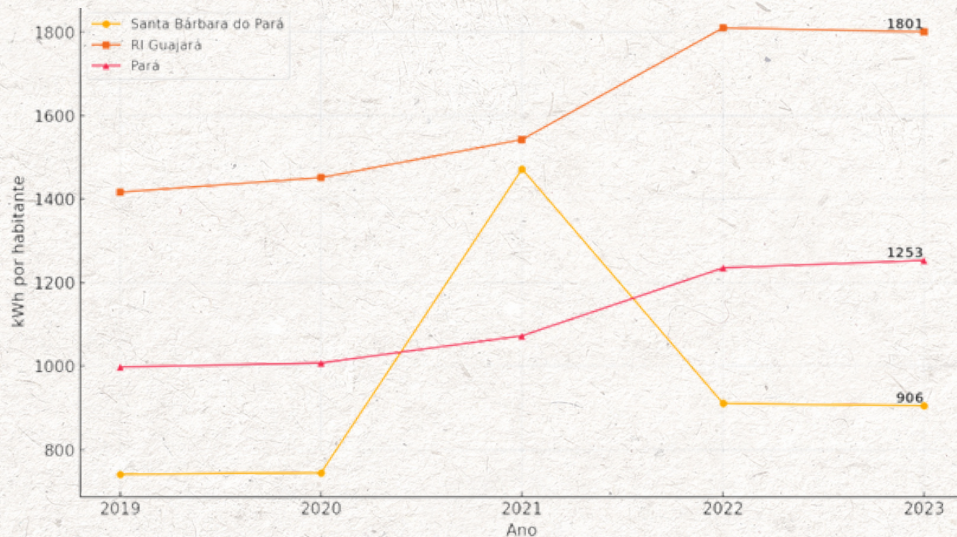
Na Região de Integração Guajará, o indicador cresceu de forma consistente em todo o período. O consumo aumentou de 1.420 kWh/hab. em 2019 para 1.801 kWh/hab. em 2022, mantendo-se estável nesse valor em 2023. Esse comportamento revela uma demanda energética crescente e contínua, provavelmente associada à ampliação de serviços, expan-

são urbana e maior inclusão energética. O nível de consumo é elevado em comparação ao estado e ao município de Santa Bárbara, o que reforça a posição da RI Guajará como polo regional mais estruturado em termos de acesso e uso de energia elétrica (Gráfico 13).

O estado do Pará também apresentou crescimento constante no consumo de energia elétrica per capita, saindo de 994 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. Apesar de um ritmo de

crescimento mais moderado, o avanço indica ampliação no acesso à eletricidade e possível melhoria nas condições de vida da população. Ao comparar os três níveis, nota-se que o município de Santa Bárbara do Pará, após um breve avanço, manteve-se abaixo da média estadual nos dois últimos anos, enquanto a RI Guajará superou com folga ambos os patamares ao longo de todo o período (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 906 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O município de Santa Bárbara do Pará manteve níveis bastante baixos de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil durante todo o período analisado. Em 2019, o percentual era de 0,7%, mantendo-se próximo desse patamar nos anos seguintes, com leve oscilação e estabilidade em 0,7% também em 2023. Esses dados sugerem que a quase totalidade da população de baixa renda do município possui acesso à iluminação elétrica, o que representa um aspecto positivo em termos de inclusão energética e combate à pobreza energética (Gráfico 14).

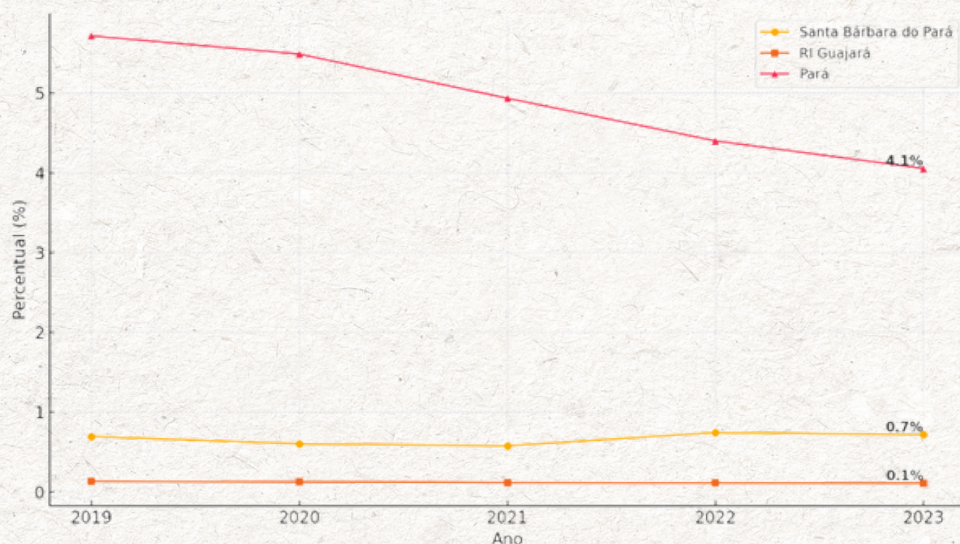
Na Região de Integração Guajará, o indicador foi ainda mais baixo, permanecendo fixo em 0,1% ao longo de todos os anos entre 2019 e 2023. Isso reflete um cenário praticamente universalizado de acesso à eletricidade entre os domicílios de baixa renda na região, demonstrando políticas eficazes de eletrificação e infraestrutura energética, ao menos no que tange à substituição de fontes fósseis de iluminação (Gráfico 14).

Já no estado do Pará, observa-se um cenário mais preocupante, embora com tendência de melhora.

Em 2019, 5,7% dos domicílios de baixa renda utilizavam iluminação fóssil. Esse percentual caiu progressivamente ao longo dos anos, chegando a 4,1% em 2023. Apesar da redução, o número ainda é significativamente superior aos observados em Santa Bárbara e na RI Guajará, indicando desigualdade regional no acesso à energia elétrica. A persistência de iluminação fóssil no estado pode estar relacionada a áreas rurais isoladas, comunidades tradicionais ou limitações estruturais na expansão da rede elétrica (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



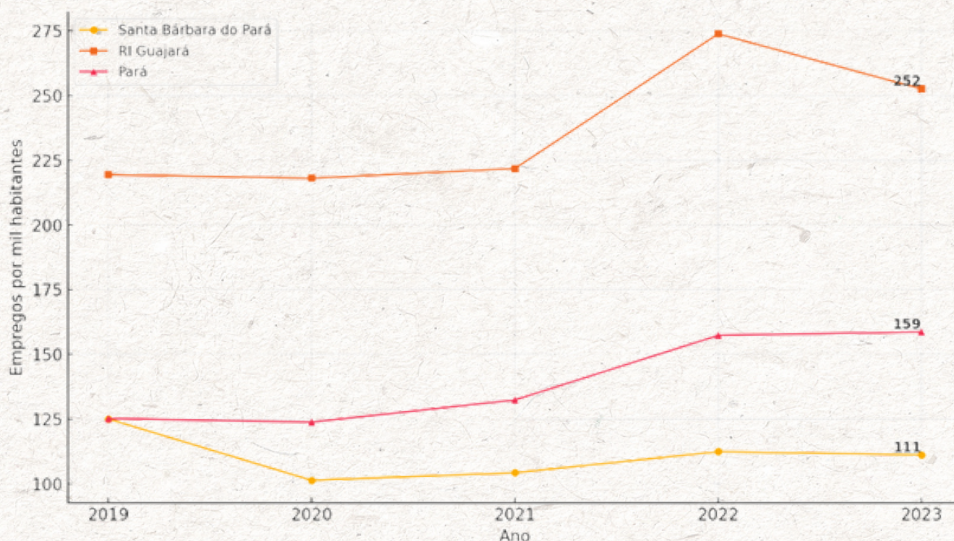
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração (RI) Guajará, da qual o município faz parte, o comportamento foi mais dinâmico. O indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, em torno de 220 empregos por mil habitantes, mas apresentou um salto expressivo em 2022, atingindo o pico de aproximadamente 275, antes de recuar ligeiramente para 252 em 2023. Esse movimento indica um fortalecimento do mercado formal na região como um todo, com crescimento mais robusto que o do município, o que pode refletir investimentos concentrados em outras cidades da RI ou maior diversificação econômica regional (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, o indicador de “Empregos Formais por Mil Habitantes” em Santa Bárbara do Pará apresentou uma leve tendência de recuperação após uma queda inicial. Em 2019, o município registrava cerca de 125 empregos formais por mil habitantes, mas em 2020 houve um declínio acentuado para aproximadamente 100, possivelmente refletindo os impactos iniciais da pandemia da COVID-19. A partir de 2021, observa-se uma trajetória de recuperação gradual, atingindo 111 empregos formais por mil habitantes em 2023, ainda aquém do patamar de 2019, o que pode sinalizar um mercado de trabalho local em lenta retomada (Gráfico 15).

No estado do Pará, o indicador também mostrou melhora contínua ao longo do período analisado. Partindo de aproximadamente 125 empregos formais por mil habitantes em 2019, o estado manteve-se relativamente estável até 2020, com leve crescimento em 2021 e um avanço mais significativo em 2022, alcançando 159 em 2023. Essa trajetória ascendente indica um processo mais consistente de formalização do mercado de trabalho no estado, que pode estar relacionado à recuperação econômica pós-pandemia, políticas de incentivo à formalização e ampliação de setores produtivos com maior intensidade de emprego formal (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 111 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



econômica e políticas públicas voltadas à reativação da economia local pós-pandemia (Gráfico 16).

Na Região de Integração Guajará, o PIB per capita oscilou levemente nos primeiros anos, com queda entre 2019 e 2020,

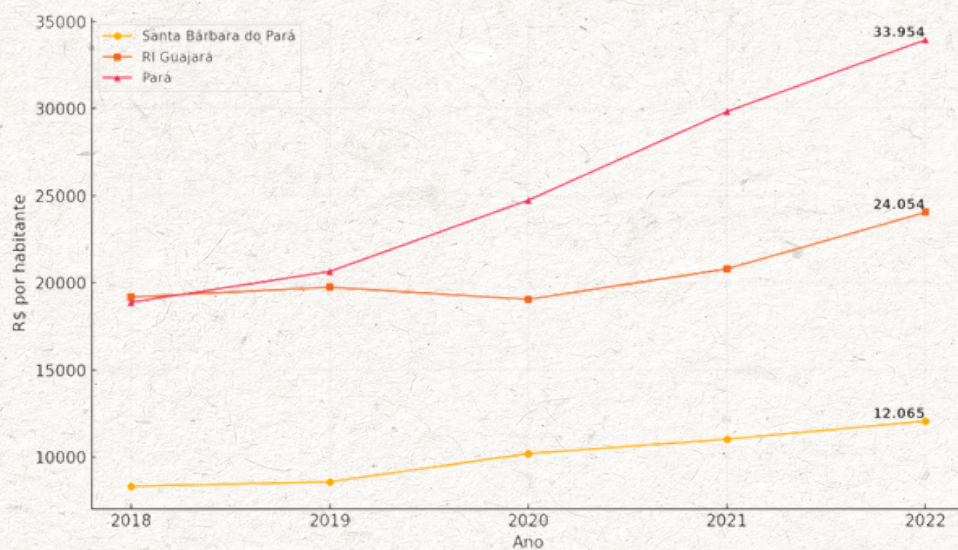
mas retomou a trajetória de crescimento a partir de 2021, alcançando R\$ 24.054 em 2022. O desempenho regional foi mais favorável em relação ao município, possivelmente impulsionado por centros urbanos com maior concentração de atividades econômicas e pela presença de infraestrutura mais desenvolvida. A estabilidade relativa da série até 2020, seguida de crescimento mais expressivo, pode estar associada à retomada de investimentos e à recomposição das cadeias produtivas regionais (Gráfico 16).

Entre 2018 e 2022, o município de Santa Bárbara do Pará apresentou crescimento contínuo no PIB per capita, passando de cerca de R\$ 8,3 mil em 2018 para R\$ 12.065 mil em 2022. Apesar da evolução positiva, o valor ainda se mantém significativamente inferior aos observados na Região de Integração Guajará e no estado do Pará como um todo, refletindo limitações estruturais e econômicas locais, além de uma base produtiva menos robusta.

A aceleração do crescimento a partir de 2020 sugere possíveis efeitos de recuperação

No estado do Pará, o indicador revelou crescimento acelerado e contínuo, saltando de cerca de R\$ 19 mil em 2018 para quase R\$ 34 mil em 2022. Esse desempenho reflete o dinamismo econômico estadual, especialmente com o fortalecimento dos setores extrativos e industriais, além do agronegócio. A elevação acentuada a partir de 2020 destaca o papel resiliente da economia paraense frente aos choques provocados pela pandemia, com provável influência do aumento das exportações minerais e das políticas de estímulo à atividade econômica. O estado apresenta, assim, uma performance destacada na elevação da renda per capita em comparação às demais esferas territoriais analisadas (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.065/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Santa Bárbara do Pará apresentou flutuações significativas no período analisado. Partindo de 22,4% em 2018, o indicador alcançou um pico em 2020 com 30,9%, indicando possível impulso industrial nesse ano, mas recuou para 23,2% em 2021 e voltou a subir levemente em 2022, encerrando em 26,7%. Essas oscilações sugerem uma estrutura produtiva local sensível a variações conjunturais, possivelmente afetada por mudanças na produção de pequenas indústrias, agroindústrias ou serviços industriais de utilidade pública. O recuo após 2020 pode estar relacionado à pandemia ou à instabilidade de ca-

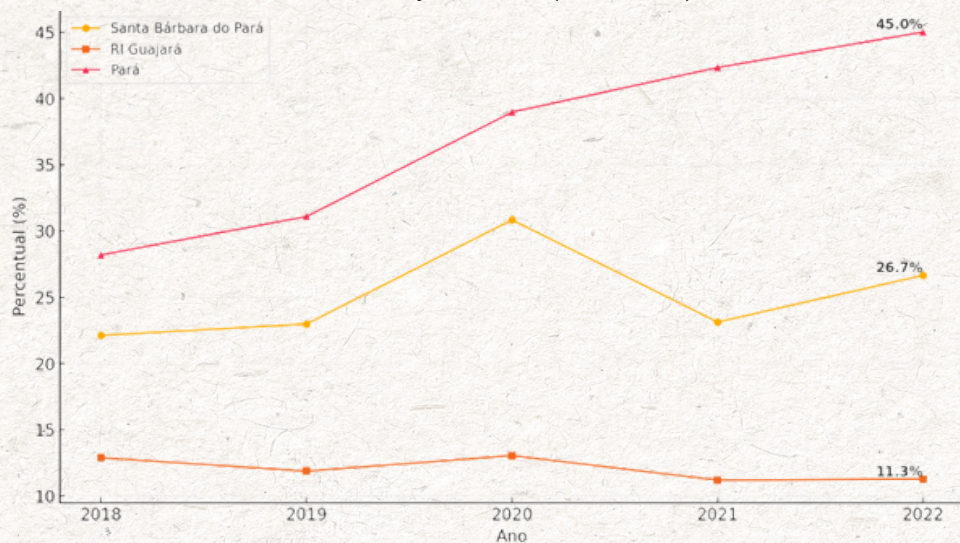
deias produtivas locais (Gráfico 17).

Na Região de Integração Guajará, o indicador se manteve baixo e relativamente estável ao longo dos cinco anos, oscilando entre 12,9% (2018) e 11,3% (2022). Essa constância em níveis reduzidos aponta para uma baixa representatividade do setor industrial na composição econômica regional, sugerindo predominância de atividades do setor terciário ou agricultura de subsistência. A ausência de crescimento nesse percentual ao longo dos anos evidencia a limitação da capacidade industrial da RI, o que pode impactar diretamente o dinamismo econômico e a geração de empregos formais qualificados (Gráfico 17).

Em contraste, o estado do Pará apresentou um crescimento expressivo na participação da indústria no PIB, partindo de 28,3% em 2018 para alcançar 45% em 2022. Esse avanço reforça a centralidade da indústria na economia paraense, com destaque para os segmentos de mineração, metalurgia e transformação de recursos naturais. A elevação contínua do indicador aponta para um fortalecimento do parque industrial estadual, especialmente diante do aumento das exportações e da valorização de commodities. O Pará se destaca, portanto, como um território com estrutura industrial robusta, em nítido contraste com os níveis municipais e regionais observados (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Santa Bárbara do Pará apresentou um crescimento significativo no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. Em 2019, o município contava com apenas 5,6 profissionais por 100 mil habitantes, número que saltou para aproximadamente 20 em 2021, mantendo-se relativamente estável até 2023, quando chegou a 19,9.



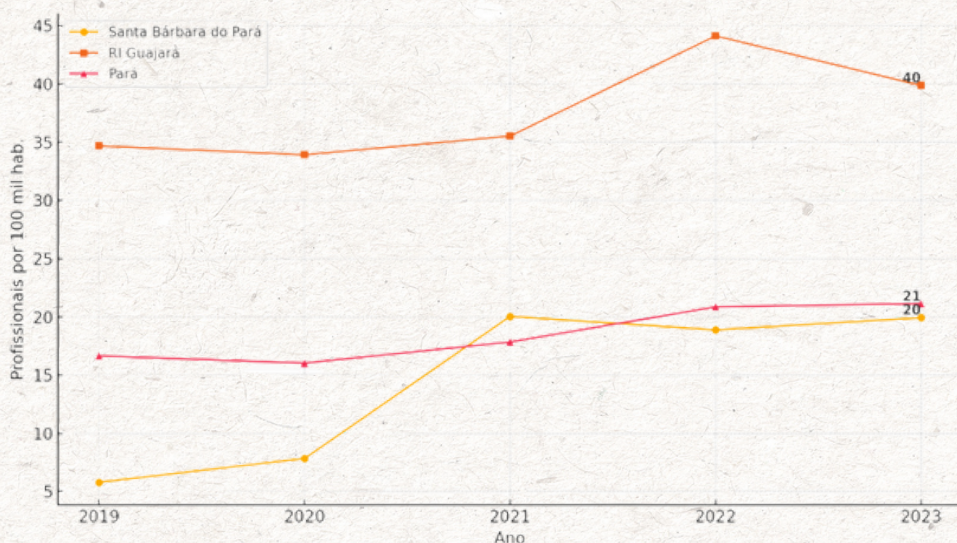
Esse salto pode indicar investimentos pontuais em educação superior, pesquisa e formação técnica ou atração de profissionais qualificados para atividades locais. Ainda que o ritmo de crescimento tenha desacelerado após 2021, o patamar atingido representa um avanço relevante frente à base inicial (Gráfico 18).

Na Região de Integração (RI) Guajará, o comportamento foi de relativa estabilidade com níveis consistentemente altos, começando em torno de 35 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e encerrando 2023 com 40. Após uma leve oscilação entre 2019 e 2021, o indicador apresentou um pico em 2022 (cerca de 44) antes de recuar levemente. Esse padrão sugere a manutenção de uma infraestrutura científica e educacional mais consolidada na região, possivelmente sustentada por polos urbanos maiores ou instituições de ensino e pesquisa com maior capacidade de absorção e retenção de profissionais da ciência (Gráfico 18).



No estado do Pará, o indicador também apresentou tendência de crescimento, passando de 16,5 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 para 21,0 em 2023. Esse crescimento gradual pode refletir políticas públicas estaduais voltadas à valorização da ciência, tecnologia e inovação, bem como uma expansão moderada da rede de ensino superior e institutos de pesquisa no estado. O crescimento contínuo, ainda que em ritmo mais lento que o do município de Santa Bárbara, indica uma valorização crescente da presença científica no território paraense, essencial para fomentar o desenvolvimento sustentável e a qualificação da força de trabalho (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Santa Bárbara do Pará apresentou uma queda acentuada na massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. O indicador partiu de aproximadamente 2,6% em 2019 e caiu para 1,7% em 2022, mantendo-se praticamente estável nos anos seguintes. Esse comportamento pode estar relacionado à perda de dinamismo do mercado formal de trabalho no município ou ao crescimento do PIB impulsionado por atividades com menor intensidade de mão de obra formal, reduzindo proporcionalmente a participação da massa salarial no total da economia local (Gráfico 19).

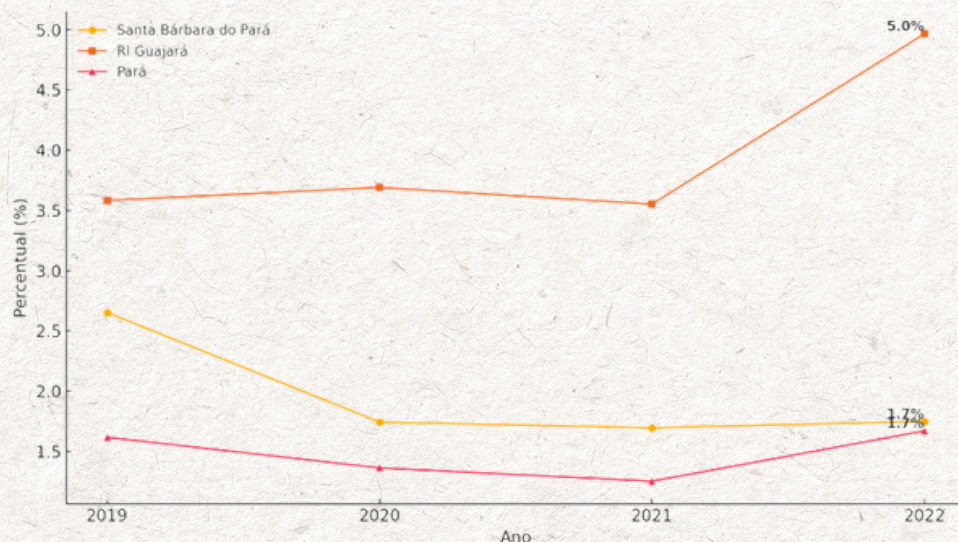
Na Região de Integração (RI) Guajará, o indicador se man-

teve relativamente estável entre 2019 e 2021, variando em torno de 3,5% a 3,7%, e apresentou um crescimento expressivo em 2022, atingindo 5,0%. Esse avanço pode refletir uma valorização dos salários no setor formal, expansão de postos de trabalho com maiores remunerações, ou uma desaceleração do crescimento do PIB em relação ao aumento da massa salarial. De modo geral, o resultado sugere uma valorização do trabalho formal na região, em contraste com a estagnação observada em Santa Bárbara do Pará (Gráfico 19).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi semelhante ao do município, com uma trajetória de queda

entre 2019 (1,6%) e 2021 (1,2%), seguida de leve recuperação em 2022, quando atingiu 1,7%. O padrão estadual sugere uma dificuldade generalizada em manter a participação da renda do trabalho formal dentro do PIB, o que pode ser explicado pelo crescimento de setores econômicos pouco intensivos em emprego formal, como a mineração e atividades extrativas. Ainda assim, o aumento no último ano indica possível reação do mercado formal ou políticas de fomento ao emprego com carteira assinada (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

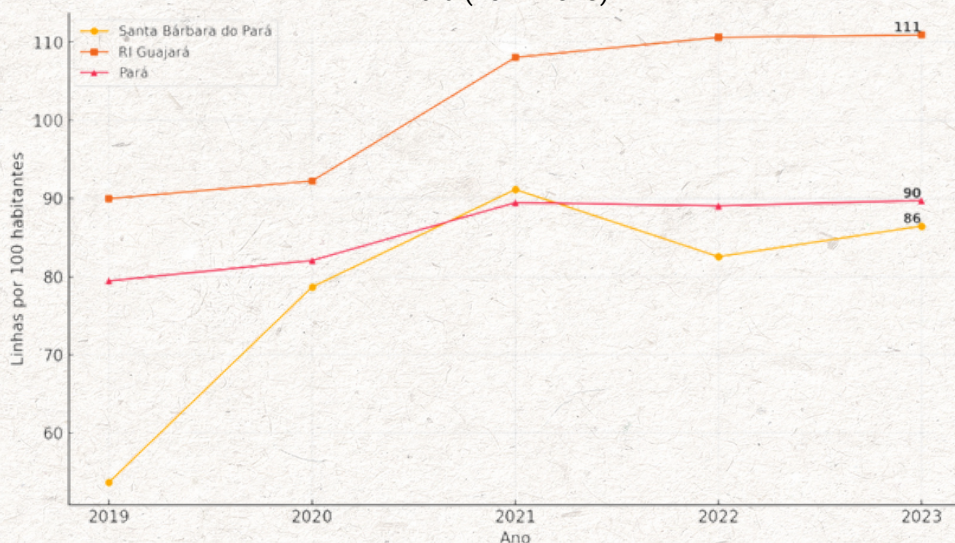
Entre 2019 e 2023, Santa Bárbara do Pará apresentou um crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel, partindo de aproximadamente 54 linhas por 100 habitantes em 2019 e alcançando 86 linhas em 2023. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2019 e 2021, quando o município atingiu 91 linhas, refletindo uma provável ampliação da cobertura e da demanda por conectividade, especialmente impulsionada pela pandemia da COVID-19. Após esse pico, houve leve retração em 2022 e recuperação em 2023, mantendo o patamar superior a anos anteriores, o que indica consolidação do acesso, embora com alguma oscilação (Gráfico 20).

Na Região de Integração Guajará, o indicador mostrou uma trajetória de crescimento contínuo e robusto ao longo do período. Partindo de 90 linhas por 100 habitantes em 2019, a região alcançou 111 em 2023, com destaque para a forte elevação entre 2020 e 2021. Esse comportamento indica uma ampliação consistente da infraestrutura de telecomunicações e uma maior penetração de serviços móveis entre a população regional, possivelmente beneficiada por políticas públicas ou investimentos privados em conectividade digital (Gráfico 20).



No estado do Pará, o acesso à telefonia móvel também cresceu, mas de forma mais moderada. O indicador subiu de 79,5 linhas em 2019 para 90 linhas por 100 habitantes em 2023, com uma estabilização a partir de 2021. A leve desaceleração do crescimento nos últimos anos pode sinalizar que o estado se aproxima de uma saturação do mercado ou enfrenta desafios para expandir o serviço em áreas rurais e remotas. Ainda assim, o avanço demonstra a ampliação do acesso à comunicação e ao mundo digital no território paraense como um todo (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Santa Bárbara do Pará apresentou grande volatilidade nas despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com elevados investimentos, superando R\$ 100 por habitante em 2019 e 2020, mas teve uma queda brusca para R\$ 55 em 2021 e atingiu o menor valor em 2022 (R\$ 42). Contudo, em 2023, houve uma recuperação expressiva para R\$ 80. Essas oscilações podem estar associadas a mudanças de gestão, prioridades orçamentárias ou impacto da pandemia na alocação de recursos públicos (Gráfico 21).

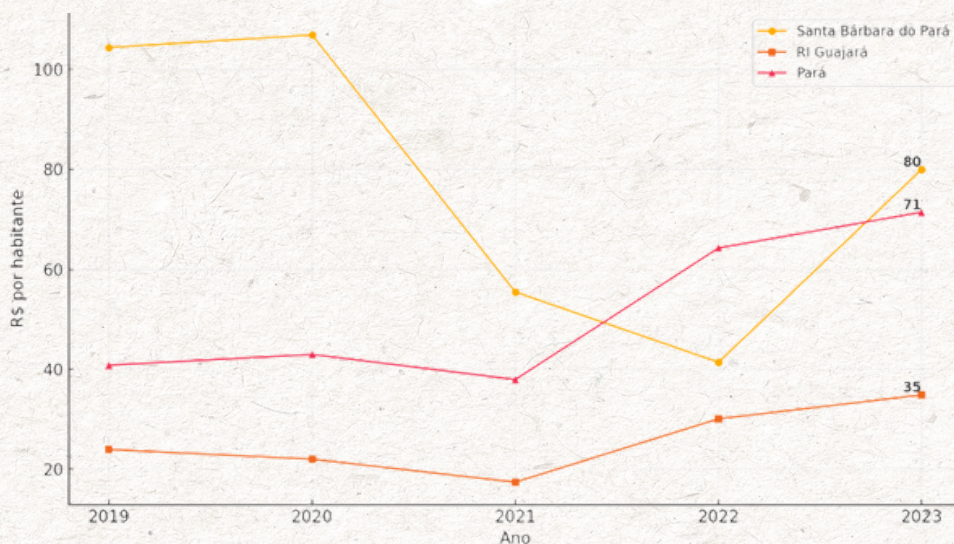
Na Região de Integração Guajará, o indicador apresentou valores mais baixos, mas com crescimento contínuo ao longo dos anos. Partindo de cerca de R\$ 24 em 2019, a RI chegou a R\$ 35 em 2023, mesmo tendo registrado um leve recuo em 2021. Esse crescimento gradual indica um esforço progressivo de valorização das políticas culturais e ambientais, embora o patamar de investimento ainda se mantenha distante dos níveis observados em Santa Bárbara e no estado como um todo (Gráfico 21).

No estado do Pará, a despesa per capita com cultura e gestão ambiental teve um compor-

tamento de alta progressiva. De R\$ 41 em 2019, o valor chegou a R\$ 71 em 2023, com queda apenas em 2021. O destaque é o crescimento acelerado a partir de 2022, quando os valores superaram os do município, indicando uma reorientação orçamentária voltada para áreas estratégicas da cultura e do meio ambiente, possivelmente influenciada por pressões sociais, políticas públicas voltadas ao ODS e retomada econômica pós-crise sanitária (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o município de Santa Bárbara do Pará apresentou uma redução no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 34,5% para 28,9%. A queda foi mais expressiva nos primeiros anos, com estabilidade entre 2021 e 2023, indicando uma possível contenção no avanço de políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos no contexto de vulnerabilidade social. Apesar da redução, os valores ainda se mantêm elevados, apontando para carências estruturais na oferta de serviços públicos de coleta regular de lixo para as camadas mais pobres da população (Gráfico 22).

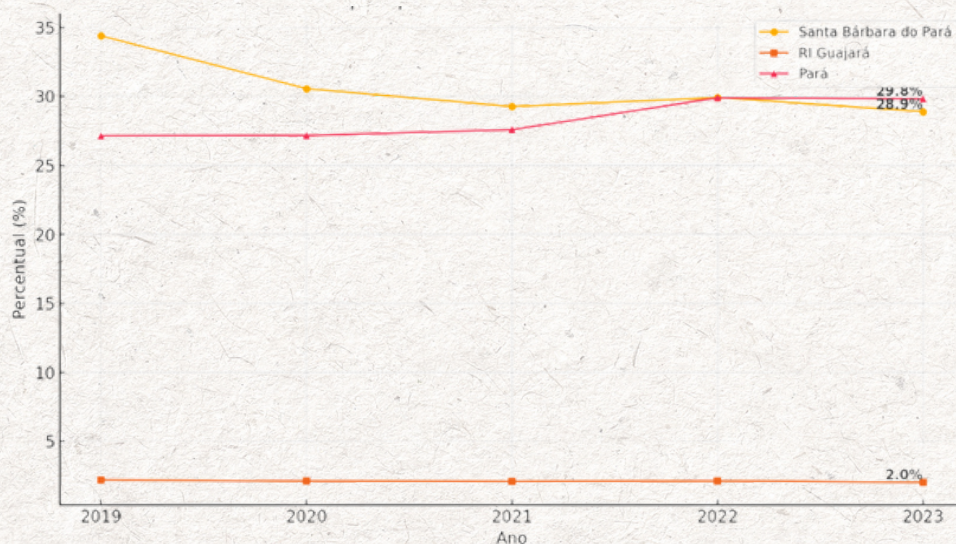
Na Região de Integração Gua-

jará, o indicador permaneceu extremamente baixo e estável durante todo o período, em torno de 2%. Esse desempenho revela uma realidade distinta da verificada no município e no estado, sugerindo maior cobertura de coleta de resíduos ou políticas públicas mais eficazes nos demais municípios da região. A estabilidade em patamares reduzidos também pode refletir uma infraestrutura mínima consolidada, ainda que não necessariamente voltada ao público de baixa renda, o que merece investigação mais aprofundada sobre a distribuição social do acesso ao serviço (Gráfico 22).

No estado do Pará, observou-se uma leve elevação do indicador, de 27% em 2019 para

29,8% em 2023, com destaque para o aumento mais expressivo entre 2021 e 2022. Essa tendência ascendente, embora moderada, acende um alerta sobre a persistência de práticas ambientalmente inadequadas de destinação de resíduos entre populações vulneráveis, possivelmente agravadas por deficiências na expansão do serviço público em áreas periféricas ou rurais. O nível elevado do indicador sinaliza um desafio relevante para a universalização da coleta de lixo, especialmente no contexto de políticas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

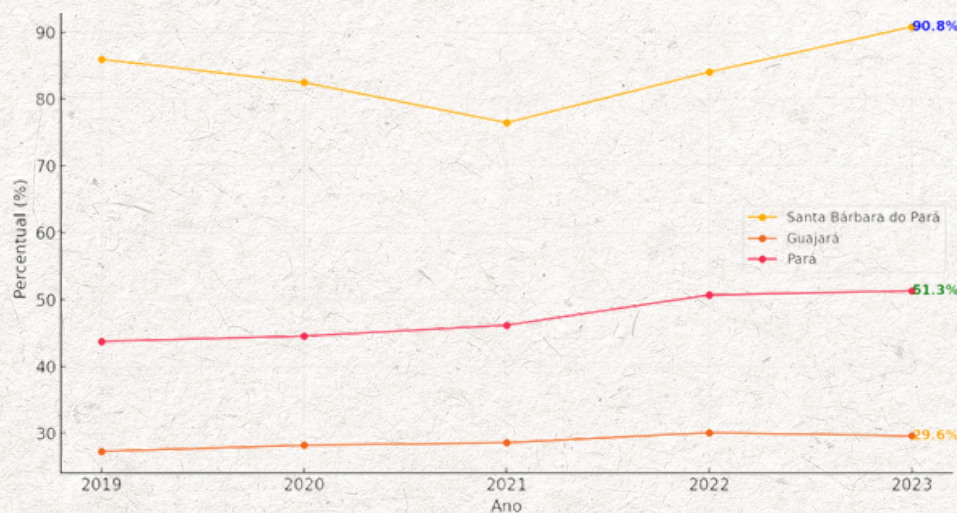
Em Santa Bárbara do Pará, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar manteve-se elevado durante todo o período analisado, partindo de 86% em 2019 e atingindo 90,8% em 2023. Houve uma leve melhora em 2021 (com redução para 76,7%), seguida de um retorno ao crescimento nos anos subsequentes. Esses dados evidenciam a persistente precariedade no acesso ao saneamento básico adequado entre os grupos mais vulneráveis do município, demonstrando que a infraestrutura sanitária permanece amplamente dependente de soluções precárias, com implicações severas para a saúde pública e o meio ambiente (Gráfico 23).

Na Região de Integração Guajará, o indicador manteve-se significativamente inferior aos valores do município e do estado, variando entre 27% e 30%. Essa estabilidade sugere que, embora o acesso ao saneamento seja insuficiente para uma parcela relevante da população de baixa renda da região, a situação é menos crítica em comparação com Santa Bárbara. A leve elevação ao longo do tempo, no entanto, indica que os avanços podem estar sendo insuficientes para acompanhar o crescimento populacional ou a expansão urbana informal (Gráfico 23).

No estado do Pará, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar seguiu uma trajetória de cres-

cimento moderado, passando de 43,6% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse aumento contínuo revela uma ampliação da desigualdade no acesso ao saneamento entre os mais pobres, possivelmente refletindo o descompasso entre o crescimento das áreas urbanas e a expansão da rede de esgoto. A elevação do indicador pode ainda refletir um aumento no número absoluto de pessoas em situação de pobreza sem acesso a infraestrutura adequada, reforçando a urgência de políticas públicas voltadas à universalização do saneamento em consonância com os princípios da equidade (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, o município de Santa Bárbara do Pará apresentou variações expressivas nos gastos per capita com prevenção de desastres. Em 2019, o valor foi de cerca de R\$ 220 por habitante, subindo progressivamente até atingir R\$ 351 em 2021. No entanto, a partir de 2022, houve uma queda brusca, chegando ao menor valor da série (R\$ 104), com leve recuperação para R\$ 130 em 2023. Essa oscilação pode refletir descontinuidades na alocação de recursos, mudanças na gestão local ou a priorização de outras áreas orçamentárias, comprometendo a consistência das políticas de prevenção (Gráfico 24).

Na Região de Integração Guajará, o indicador seguiu uma trajetória inicialmente decrescente, caindo de R\$ 191 em 2019 para R\$ 157 em 2021. A partir de então, observou-se um crescimento constante, atingindo R\$ 324 em 2023. Essa tendência ascendente recente pode indicar uma retomada ou intensificação dos investimentos em prevenção de riscos ambientais, possivelmente em resposta a eventos climáticos extremos ou à adoção de novas políticas públicas regionais voltadas à resiliência e à proteção das comunidades vulneráveis (Gráfico 24).

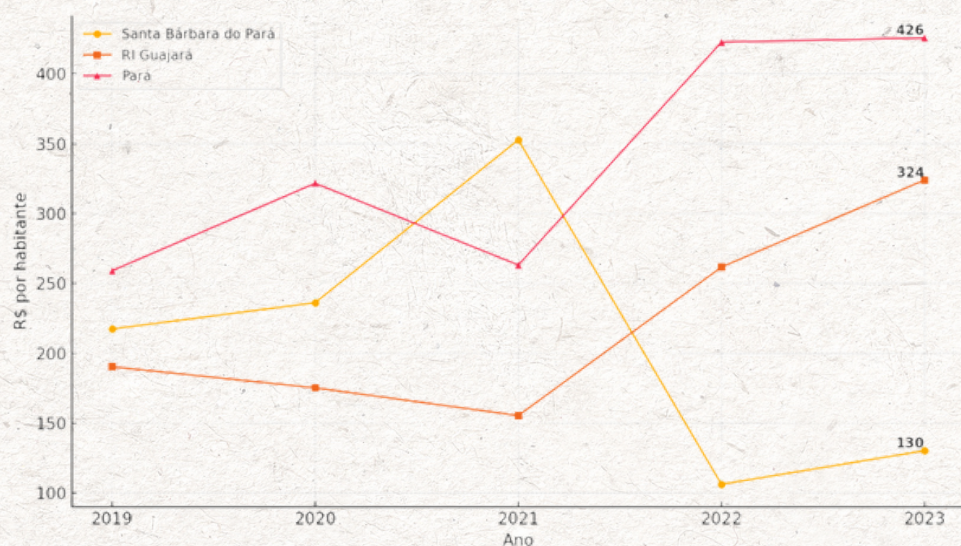


O estado do Pará apresentou um crescimento mais estável e robusto ao longo do período, iniciando em R\$ 259 em 2019 e atingindo o patamar mais elevado em 2023, com R\$ 426 por habitante. Após uma leve retração em 2021, os gastos

estaduais deram um salto em 2022, sugerindo uma priorização estratégica da temática na agenda pública estadual. Essa elevação pode estar relacionada a programas de defesa civil, mapeamento de áreas de risco e fortaleci-

mento institucional, além de um alinhamento às diretrizes de adaptação climática e prevenção de desastres previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 130/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

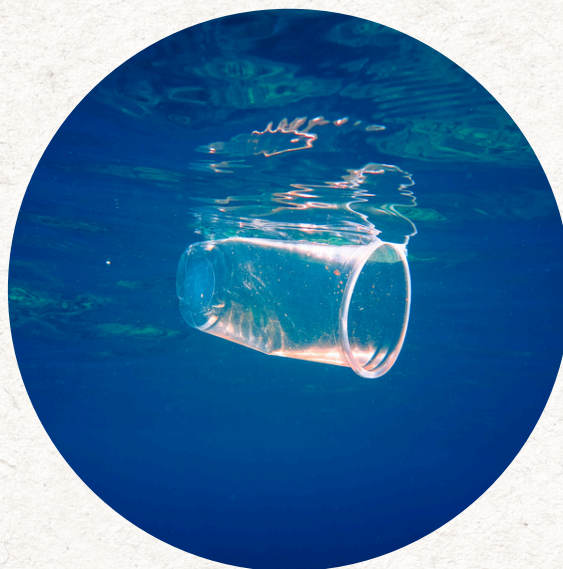
Despesa per capita com preservação aquática

No município de Santa Bárbara do Pará, os gastos per capita com preservação aquática foram extremamente baixos ao longo do período analisado. Partindo de R\$ 1 em 2019, houve leve crescimento para R\$ 3 em 2023, com pequenas oscilações nos anos intermediários. Esses valores indicam uma baixa priorização orçamentária da temática no contexto municipal, o que é preocupante, especialmente considerando a relevância dos ecossistemas aquáticos na Amazônia e a importância da gestão hídrica e sanitária para a saúde ambiental e pública (Gráfico 25).

Na Região de Integração Guajará, os valores também foram baixos, porém superiores aos do município. A despesa partiu de R\$ 2 em 2019, atingiu o pico de R\$ 13 em 2020 e oscilou até alcançar R\$ 11 em 2023. Ainda que modestos, esses números revelam um esforço um pouco mais consistente na região para alocar recursos em políticas de preservação dos recursos hídricos, o que pode estar vinculado à presença de áreas de mananciais ou pro-

jetos regionais de proteção ambiental (Gráfico 25).

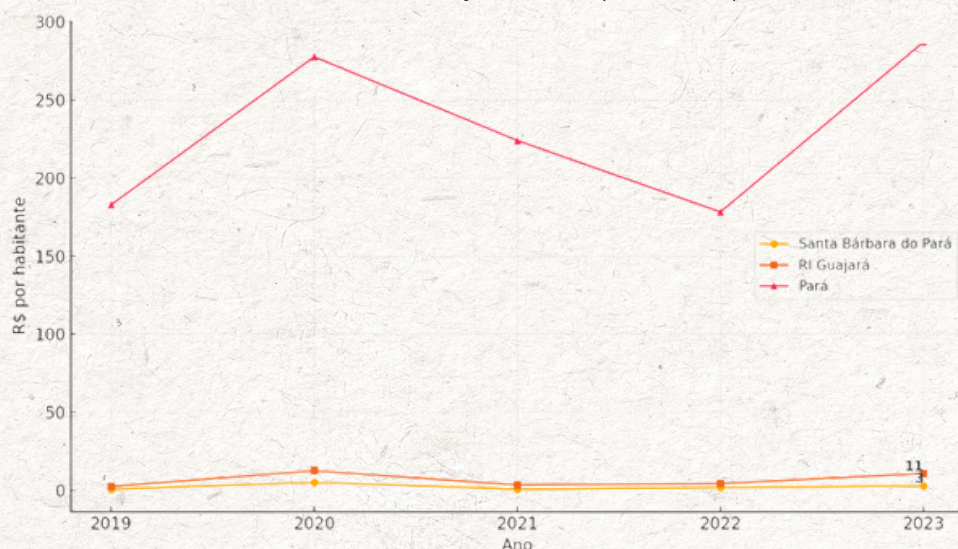
Em contrapartida, o estado do Pará apresentou níveis significativamente mais elevados de despesa per capita com preservação aquática. Em 2019, o valor era de R\$ 183 e, apesar de uma oscilação negativa em 2022, o montante atingiu R\$ 287 em 2023. Esse padrão demonstra que a esfera estadual tem assumido protagonismo na conservação dos recursos hídricos, possivelmente por





meio de programas estruturados de monitoramento, recuperação de bacias hidrográficas e enfrentamento de passivos ambientais. Essa política estadual se destaca frente às fragilidades dos investimentos municipais e regionais no tema (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Santa Bárbara do Pará, o percentual da área coberta por floresta manteve-se praticamente estável ao longo do período analisado, girando em torno de 35,1% entre 2019 e 2023. Essa estabilidade sugere ausência de variações significativas no uso do solo, ao menos no que diz respeito à cobertura florestal remanescente. No entanto, o fato de apenas pouco mais de um terço do território estar coberto por floresta, em um município inserido na Amazônia, pode indicar um cenário de desmatamento acumulado ao longo das décadas, cuja reversão demanda esforços estruturais de reflorestamento e preservação (Gráfico 26).

Na Região de Integração Guajará, o indicador também se manteve relativamente estável entre 2019 e 2021, em torno de 26,8%, mas apresentou elevação pontual em 2022

(para 31%) antes de retornar ao mesmo patamar anterior em 2023. Essa oscilação pode refletir ajustes nos dados ou iniciativas locais temporárias de conservação e recuperação florestal, não sustentadas ao longo do tempo.

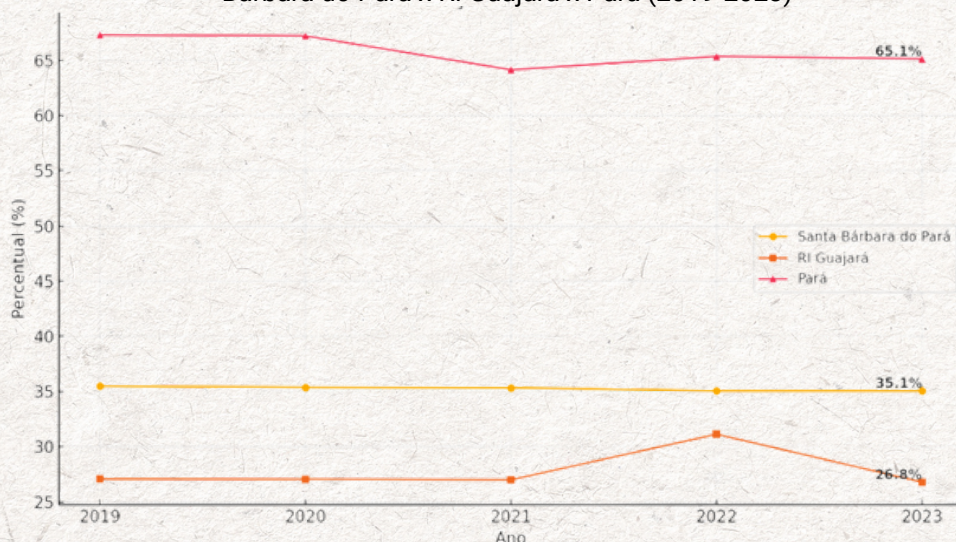
O nível relativamente baixo da cobertura florestal reforça a vulnerabilidade ambiental da região, que convive com pres-

sões sobre os recursos naturais e desafios na implementação de políticas de uso sustentável da terra (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de área coberta por floresta oscilou levemente, mantendo-se em níveis elevados. Em 2019, o valor era de 66,9%, caindo para 63,7% em 2021 e subindo novamente para 65,1% em 2023. Apesar da leve variação negativa no período, o estado ainda apresenta uma alta proporção de floresta preservada, o que reflete a extensão territorial da cobertura amazônica, sobretudo em áreas menos acessíveis. No entanto, a estabilidade do indicador em patamares elevados não deve ser interpretada como ausência de risco, já que perdas florestais contínuas podem não alterar substancialmente o percentual geral, mas impactam ecossistemas locais e a biodiversidade (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Santa Bárbara do Pará apresenta um dos mais elevados percentuais de área desmatada entre os três recortes territoriais analisados, com valor constante de 58,1% entre 2019 e 2023. A estabilidade do indicador sugere que, embora não tenham ocorrido novas perdas significativas de cobertura vegetal nos últimos anos, o município já possui mais da metade de sua área desmatada, o que impõe desafios críticos à sustentabilidade ambiental e à recuperação de serviços ecossistêmicos. A ausência de redução nesse percentual também evidencia a limitação de políticas locais voltadas ao reflorestamento ou à recomposição de áreas degradadas (Gráfico 27).

Na Região de Integração Guajará, o indicador permaneceu

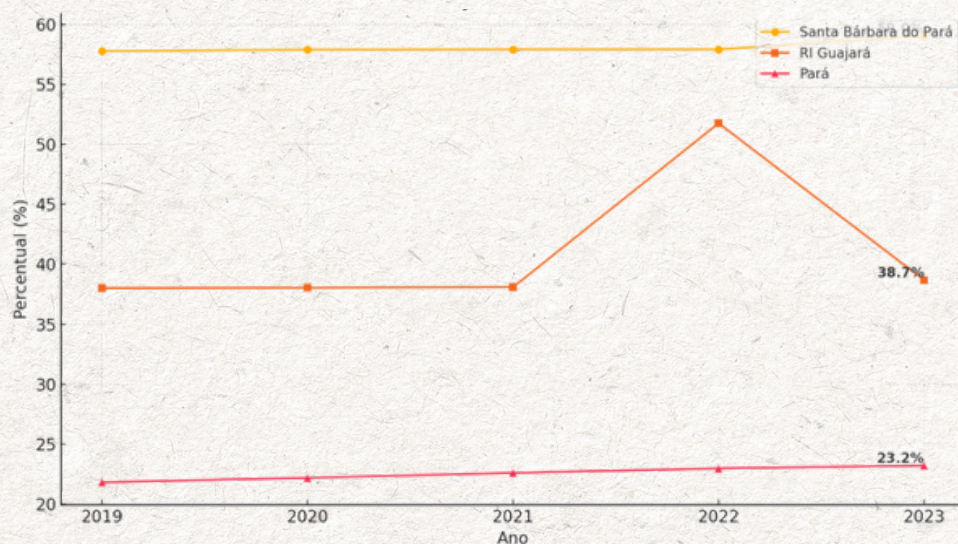
estável em 38,1% entre 2019 e 2021, mas teve um salto expressivo em 2022, alcançando 51,6%, seguido de recuo para 38,7% em 2023. Essa oscilação pode decorrer de fatores como avanço pontual da fronteira agrícola, queimadas ou exploração madeireira, seguidos por ações corretivas ou ajustes metodológicos no levantamento de dados. A elevação abrupta de 2022 reforça a necessidade de monitoramento contínuo e de atuação preventiva para evitar avanços descontrolados do desmatamento, mesmo em áreas já pressionadas pelo uso intensivo do solo (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada foi relativamente estável, com crescimento moderado: de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023.

Esse incremento gradual revela que o desmatamento ainda persiste, ainda que com menor intensidade que em décadas anteriores. A tendência ascendente, mesmo que suave, é preocupante, dado o volume absoluto de área que isso representa em um estado com vasta extensão territorial. O dado reforça a importância de fortalecer a fiscalização, o zoneamento ecológico-econômico e a valorização de modelos produtivos compatíveis com a conservação florestal (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

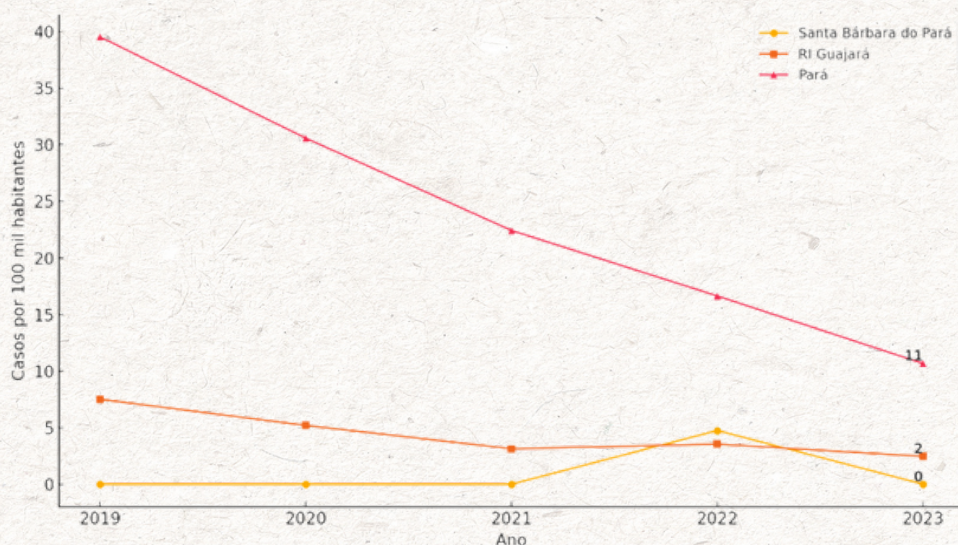
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santa Bárbara do Pará, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes permaneceu zerado entre 2019 e 2021, apresentou um pequeno aumento em 2022, com 5 casos, e voltou a zero em 2023. Essa oscilação pontual pode refletir tanto uma ocorrência específica quanto variações nos registros administrativos, mas a retomada do valor zero em 2023 é positiva e pode indicar eficácia de ações pontuais de combate ao trabalho infantil, fiscalização ou políticas públicas de proteção à infância em nível local (Gráfico 28).

Na Região de Integração Guajará, o indicador apresentou uma tendência contínua de queda, passando de 7,3 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 2 em 2023. A redução consistente no período sinaliza avanço na erradicação do trabalho infantil, provavelmente resultante de políticas de educação, transferência de renda e proteção social aplicadas regionalmente. Ainda assim, a persistência de casos, mesmo que em número reduzido, reforça a necessidade de monitoramento contínuo, principalmente em áreas rurais ou de difícil acesso (Gráfico 28).

Já no estado do Pará, a queda no trabalho infantil foi expressiva. Em 2019, o estado registrava quase 40 casos por 100 mil habitantes, número que caiu de forma contínua até alcançar 11 casos em 2023. Essa redução acentuada demonstra resultados relevantes de programas de alcance estadual voltados à proteção dos direitos da criança e do adolescente. No entanto, apesar do progresso, o patamar ainda é elevado em comparação aos índices municipais e regionais, indicando a existência de bolsões de vulnerabilidade que ainda precisam ser enfrentados (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Santa Bárbara do Pará apresentou variações significativas na taxa de homicídios entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com uma taxa de 57,1 homicídios por 100 mil habitantes, registrou uma queda gradual até 2021 (36,5), mas voltou a crescer nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com os mesmos 57,1 casos por 100 mil. Essa oscilação acentuada evidencia a instabilidade na segurança pública local e possivelmente a influência de fatores como conflitos territoriais, ausência de policiamento preventivo ou desarticulação de políticas de enfrentamento à violência (Gráfico 29).

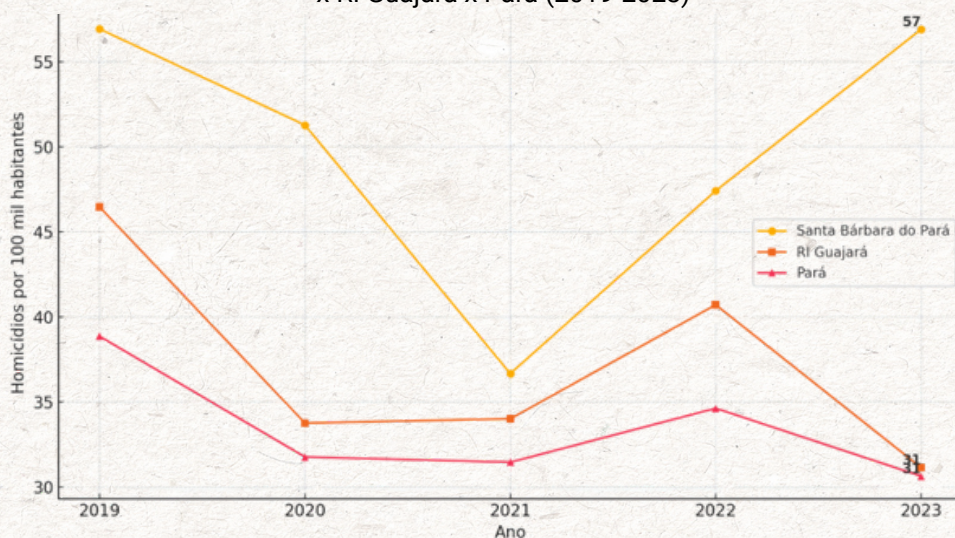
Na Região de Integração Guajará, o indicador teve comportamento semelhante, mas em patamares ligeiramente inferiores. A taxa caiu de 46,5 em 2019 para 33,5 em 2020 e 2021, elevou-se para 40,8 em 2022 e recuou para 31,1 em 2023. A trajetória revela que, embora a região tenha conseguido conter o avanço da violência em certos períodos, ainda enfrenta picos eventuais, o que pode estar relacionado à dinâmica do crime organizado, desigualdade social e acesso precário a políticas públicas de segurança e inclusão (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios se manteve mais

estável ao longo do período, com uma leve tendência de queda. O estado iniciou com 38,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e reduziu esse número para 31,1 em 2023, apesar de uma leve alta em 2022. Essa redução gradual pode refletir políticas de segurança mais amplas e coordenadas em nível estadual, com foco em prevenção, repressão qualificada e modernização do sistema de justiça criminal. Contudo, o patamar ainda elevado evidencia que a violência letal continua sendo um desafio crônico em boa parte do território paraense (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

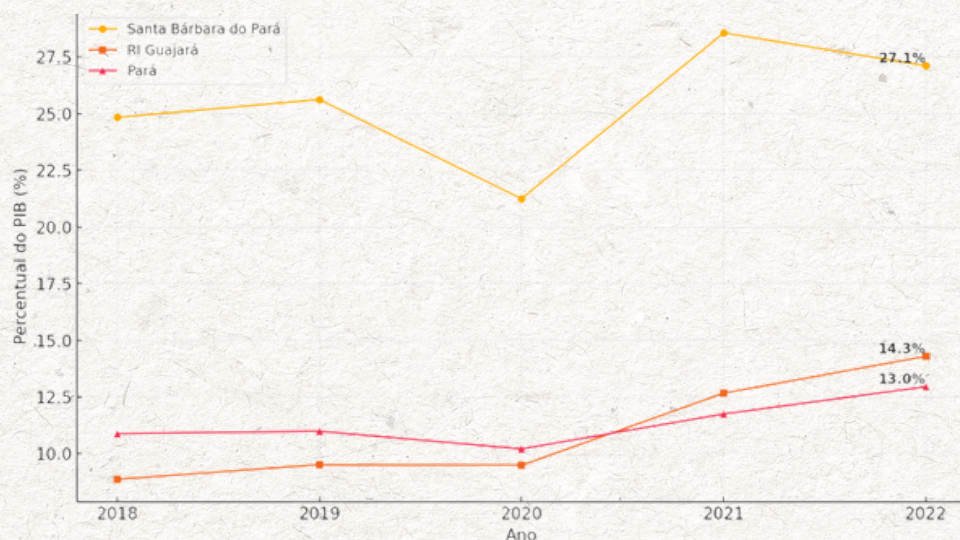
Entre 2018 e 2022, o município de Santa Bárbara do Pará apresentou elevados níveis de gasto público municipal em relação ao seu PIB, com variações que refletem oscilações na arrecadação ou no volume de investimentos públicos. O percentual iniciou em 24,9% em 2018, atingiu leve alta em 2019 (25,5%), mas recuou para 21,5% em 2020, possivelmente devido aos impactos iniciais da pandemia. Nos dois anos seguintes, observou-se uma forte recuperação, culminando em 27,1% em 2022, indicando um esforço de retomada da atividade pública local, seja via aumento de despesas ou contração da base do PIB (Gráfico 30).

Na Região de Integração Guajará, o indicador cresceu de forma mais moderada, saindo de 8,7% em 2018 e alcançando 14,3% em 2022. O avanço foi particularmente acentuado a partir de 2020, o que pode sinalizar maior ativação do gasto público como resposta a crises ou aumento do protagonismo dos municípios da região na condução de políticas públicas. Ainda assim, o patamar regional permanece inferior ao do município de Santa Bárbara, o que demonstra disparidades na intensidade da presença estatal entre os entes locais da RI (Gráfico 30).

Já no estado do Pará como um todo, o gasto público muni-

cipal em relação ao PIB apresentou crescimento gradual, saindo de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Apesar da estabilidade relativa nos primeiros anos, a elevação recente sugere maior dinamismo dos municípios na execução orçamentária e/ou redução proporcional do PIB estadual, que pode ter sido afetado por oscilações nos setores exportadores. Em comparação com o município e a região, o estado apresenta um comportamento mais moderado, indicando uma média estadual menos impactada por flutuações abruptas, mas ainda compatível com um cenário de crescente ativismo fiscal local (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

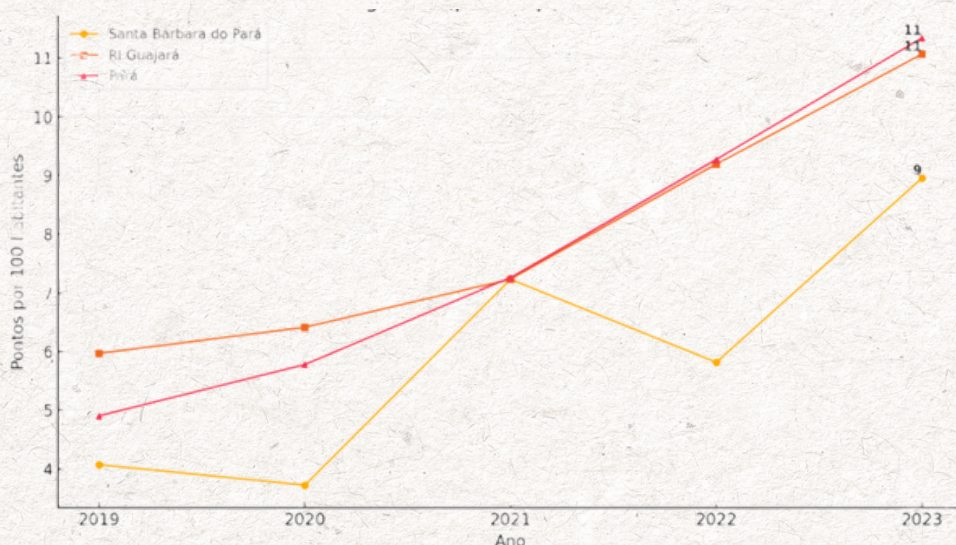
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Santa Bárbara do Pará apresentou uma evolução significativa na taxa de acesso à banda larga fixa, embora com algumas oscilações. O município iniciou o período com 4,1 pontos por 100 habitantes em 2019, caiu levemente em 2020, mas teve um salto em 2021, atingindo 7,2 pontos. No entanto, essa expansão foi seguida de uma queda em 2022 (5,8), com nova recuperação em 2023, quando alcançou 9 pontos. A variação ao longo dos anos sugere instabilidade na infraestrutura ou nos contratos de serviço, ainda que a tendência final indique avanço no acesso à internet fixa (Gráfico 31).

Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi mais linear e positivo. A taxa aumentou de forma constante, partindo de 6 pontos em 2019 e chegando a 11,1 pontos em 2023. A consistência do crescimento regional demonstra uma ampliação contínua da cobertura de banda larga, o que pode estar associado a investimentos privados, ampliação da infraestrutura de telecomunicações ou políticas públicas voltadas à conectividade digital. A RI se manteve, ao longo de todo o período, em patamares superiores aos de Santa Bárbara, o que evidencia desigualdades intrarregionais no acesso à tecnologia (Gráfico 31).

No estado do Pará, o indicador também apresentou trajetória de crescimento expressivo, passando de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 em 2023. A taxa estadual ultrapassou Santa Bárbara a partir de 2020 e manteve crescimento contínuo, com destaque para os avanços entre 2021 e 2023. Esse comportamento evidencia um esforço de expansão do acesso à internet fixa no estado, o que é fundamental para inclusão digital, desenvolvimento educacional e integração socioeconômica, especialmente em um território com amplas zonas rurais e populações dispersas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

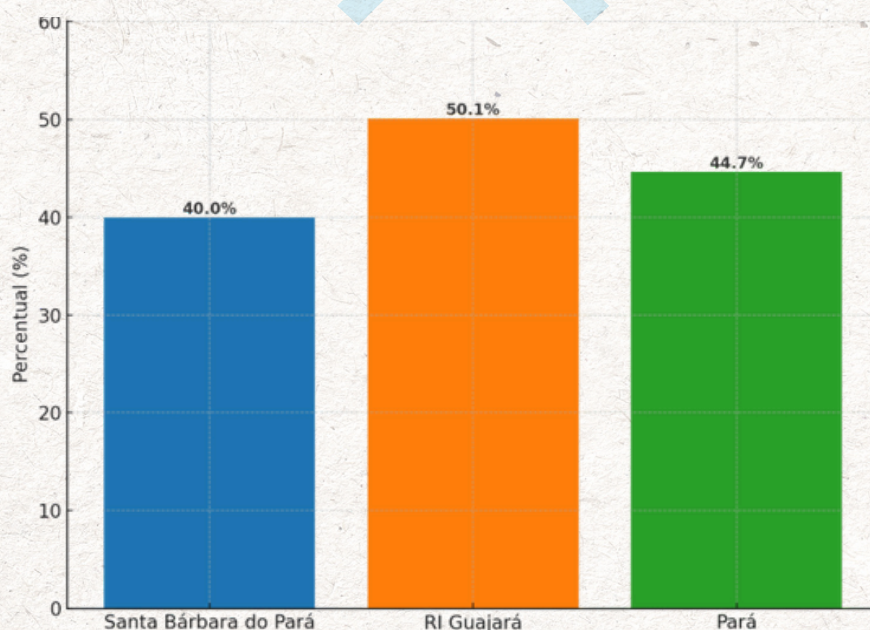
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santa Bárbara do Pará** registrou um IDS de **40%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Bárbara do Pará x RI Guajará x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



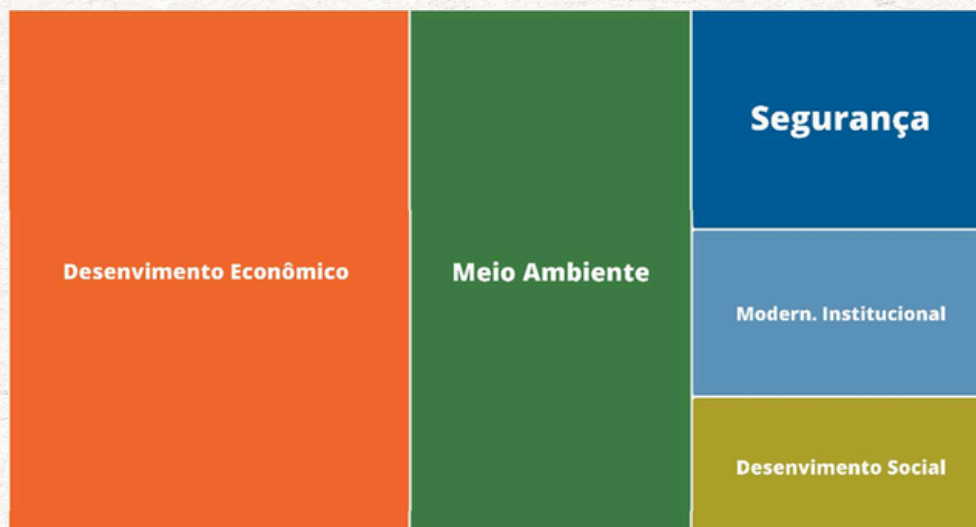
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

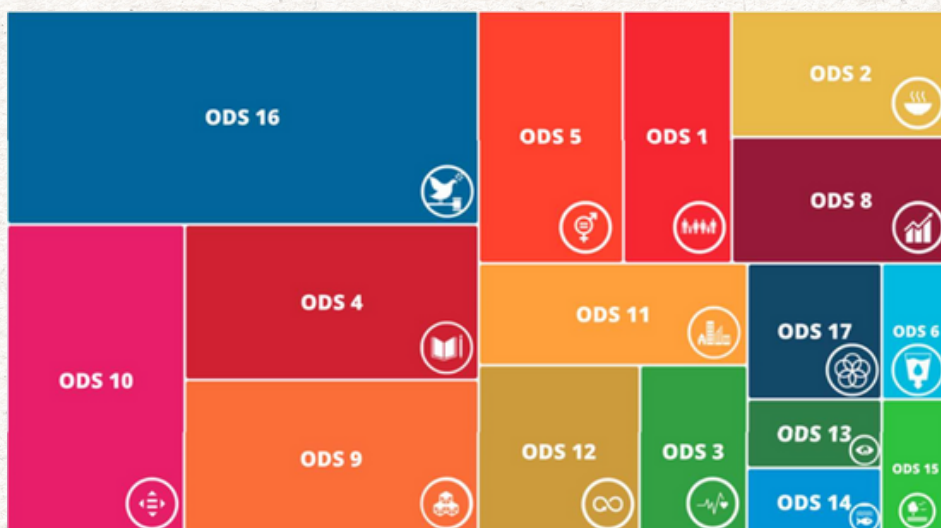


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

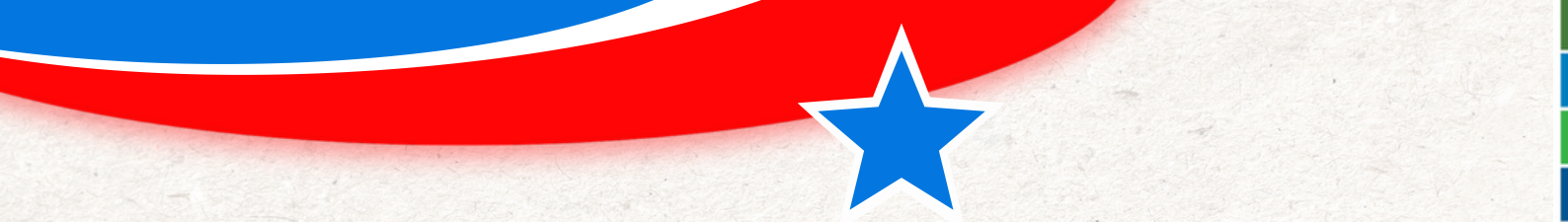
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

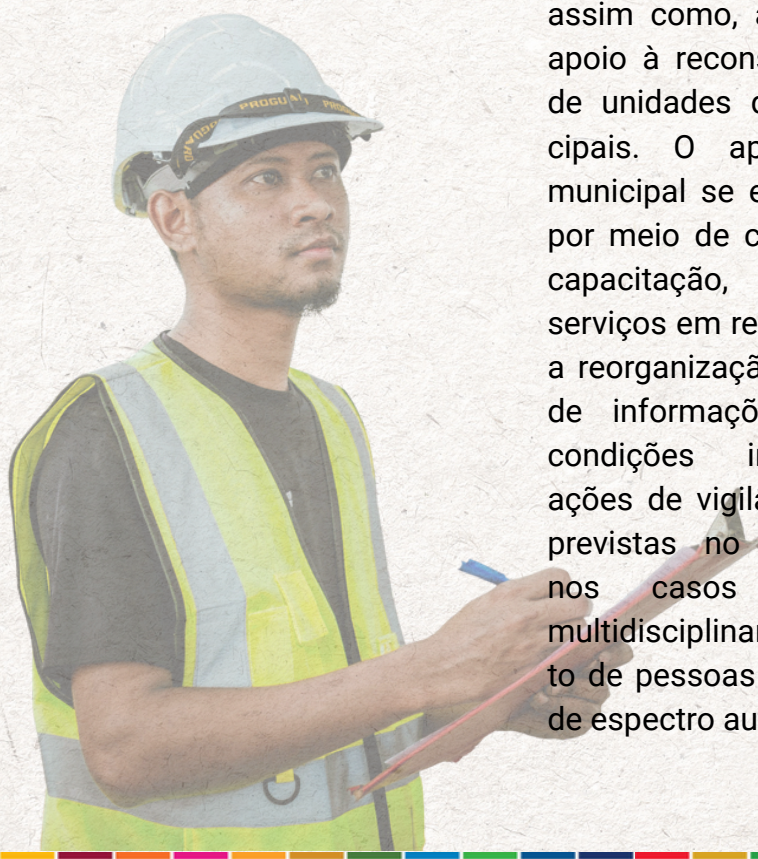



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

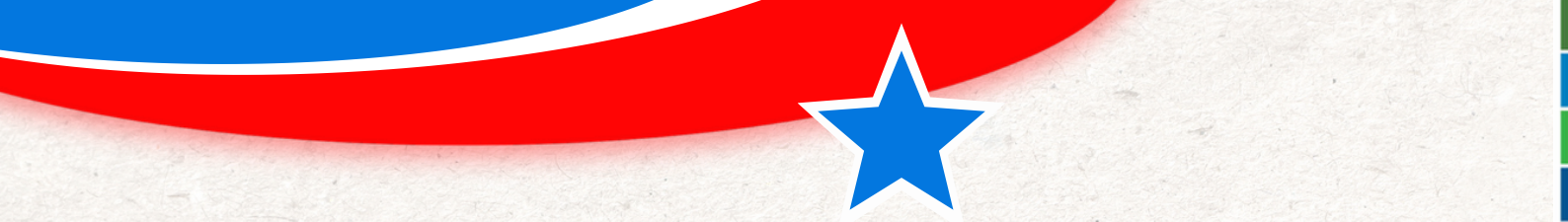
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

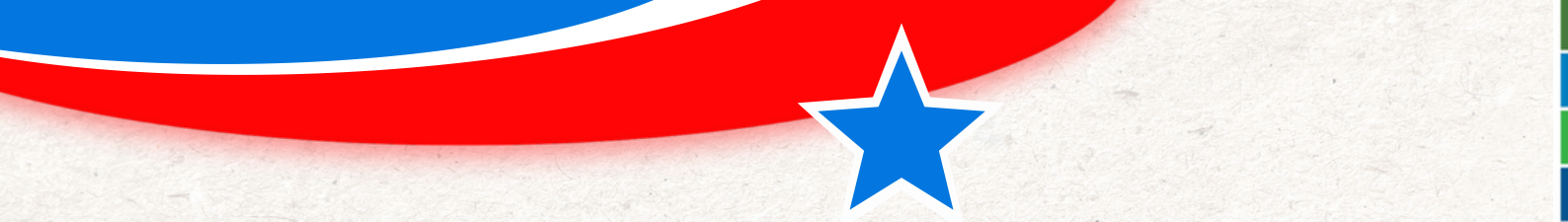
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

